

<https://doi.org/10.20396/rbest.v2i.13786>

## ARTIGO

# Dinâmica econômica, gasto social e mercado de trabalho na França (2000-2018)

*Fernando Sarti\**

*Juliana Teixeira Esteves\*\**

### Resumo

O artigo avaliou a evolução de dimensões econômicas e sociais na França no período anterior e no posterior à crise financeira internacional iniciada em 2008. Na dimensão econômica, observou-se menor dinamismo da demanda agregada e perda de participação da França no produto total e manufatureiro em relação à União Europeia e às economias avançadas, com persistência de elevada taxa de desemprego. Na dimensão social, a França destacou-se entre os países desenvolvidos com melhores indicadores salariais e elevados gastos sociais. A proposta liberal para a recuperação econômica francesa tem sido a redução dos gastos sociais e a flexibilização do mercado de trabalho. O artigo argumentou em direção oposta. O fortalecimento da dimensão social é o melhor caminho para a dinamização da economia francesa.

**Palavras-chave:** Competitividade industrial; Produtividade; Emprego; Desemprego; Salário; Gasto social; Reforma trabalhista; França.

**JEL:** E2, E6, J2, J3, J6, L5, L6.

\* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0281-1662>

E-mail: fersarti@unicamp.br

\*\* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5603-1250>

E-mail: juliana.esteves@ufpe.br



Agradecimento: Os autores agradecem ao Institut de Recherches Économiques et Sociales (IRES) de Paris-França pelo apoio administrativo e de infraestrutura, sem o qual seria impossível a realização deste estudo. Agradecimento especial a Catherine Sauviot e Claude Serfati, pesquisadores do IRES, pelas discussões e apoio acadêmico.

## Economic dynamics, social spending and the labour market in France (2000-2018)

### Abstract

The article evaluated the evolution of economic and social dimensions in France in the period before and after the international financial crisis that started in 2008. In the economic dimension, there was less dynamism in aggregate demand and loss of France's share in the total and manufacturing product in the European Union and advanced economies, with persistently high unemployment. In the social dimension, France stood out among developed countries with better wage indicators and high social spending. The liberal proposal for the French economic recovery has been to reduce social spending and make the labour market more flexible. The article argued in the opposite direction. The strengthening of the social dimension is the best way to boost the French economy.

**Keywords:** Industrial competitiveness; Productivity; Employment; Unemployment; Salary; Social spending; Labour reform; France.

## Dinámica económica, gasto social y mercado de trabajo en Francia (2000-2018)

### Resumen

El artículo evalúa la evolución de las dimensiones económicas y sociales en Francia en los periodos transcurridos antes y después de la crisis financiera internacional iniciada en el 2008. En la dimensión económica se observó menor dinamismo de la demanda agregada y pérdida de participación de Francia en el Producto Total Manufacturero en relación con la Unión Europea y las economías avanzadas, sumado a una elevada y persistente tasa de desempleo. En la dimensión social, Francia se destacó entre los países desarrollados con los mejores indicadores salariales y elevados gastos sociales. La propuesta liberal para la recuperación económica francesa ha sido la reducción de los gastos sociales y la flexibilización del mercado de trabajo. El artículo argumenta en la dirección opuesta. El fortalecimiento de la dimensión social es el mejor camino para la dinamización de la economía francesa.

**Palabras clave:** Competitividad industrial; Productividad; Empleo; Desempleo; Salario; Gasto social; Reforma laboral; Francia.

## Dynamique économique, dépenses sociales et marché du travail en France (2000-2018)

### Résumé

L'article a évalué l'évolution des dimensions économiques et sociales en France dans la période précédant et suivant la crise financière internationale qui a commencé en 2008. Dans la dimension économique, le dynamisme de la demande globale et la perte de la part de la France dans le produit total et manufacturier de la Union européenne et économies avancées, avec un chômage élevé et persistant. Sur le plan social, la France se démarque des pays développés avec de meilleurs indicateurs salariaux et des dépenses sociales élevées. La proposition libérale pour la reprise économique française a été de réduire les dépenses sociales et d'assouplir le marché du travail. L'article argumentait dans la direction opposée. Le renforcement de la dimension sociale est le meilleur moyen de dynamiser l'économie française.

**Mots clés:** Compétitivité industrielle; Productivité; Emploi; Chômage; Salaire; Dépenses sociales; Réforme du travail; France.

## Introdução<sup>1</sup>

A França é uma economia avançada com elevada renda média (renda nacional líquida *per capita* de US\$ 37,2 mil em 2018), abrangente rede de proteção social (gastos sociais de 31,2% do PIB, o maior dentre os países da OCDE) e a melhor distribuição de renda dentre os países do G7, com um coeficiente de Gini (pós taxas e transferências) de 0,29. Entretanto, o país tem apresentado baixo dinamismo econômico e reduzido seu protagonismo nos cenários europeu e global no período recente. O reduzido crescimento pode ser explicado a partir da crescente fragilização da estrutura produtiva e da desaceleração da demanda agregada, em função dos menores investimentos, gastos públicos e consumo das famílias, não compensados pelo desempenho das exportações. A crise financeira internacional iniciada em 2008, mas aprofundada a partir de 2012 na Europa, agravou o quadro econômico e social.

A perda de dinamismo econômico tem se traduzido em um desemprego elevado e persistente para os padrões de países avançados; e em uma desaceleração dos gastos sociais, desde 2014, o que certamente tem impactos negativos sobre a distribuição de renda. A visão liberal atribui aos elevados gastos públicos e sociais e à inflexibilidade no mercado de trabalho uma parcela importante das dificuldades econômicas. Dentro dessa visão, a reforma no mercado de trabalho e a adoção de políticas liberais são condições necessárias para a recuperação da confiança empresarial e a retomada dos investimentos privados, inclusive estrangeiros.

O artigo parte de uma perspectiva diferente. Uma retomada mais vigorosa do crescimento só será possível com uma política fiscal mais agressiva (gastos e investimentos públicos) e com o fortalecimento do sistema produtivo, muito além dos setores de elevada intensidade tecnológica e inovativa. A ampliação da produção, do emprego, da renda e do consumo estimulará o investimento privado, ganhos de produtividade e de eficiência, maiores exportações e, portanto, maior crescimento econômico. Sem esse padrão de crescimento sustentado na elevação da demanda agregada não será possível reduzir as taxas de desemprego e manter os atuais níveis de gastos sociais e a abrangente rede de proteção. A opção por uma agenda liberal de enfretamento da crise, inclusive no mercado de trabalho, afetará negativamente a demanda agregada, não logrará êxito na recuperação da economia e comprometerá a manutenção o sistema de proteção social e de distribuição de renda.

Além dessa seção introdutória, na primeira seção do artigo são discutidos os principais indicadores que apontam o baixo dinamismo e a perda de protagonismo da França nos cenários europeu e global. A segunda seção dedica-se à análise da fragilização da estrutura produtiva francesa com destaque para o núcleo de maior intensidade tecnológica. A terceira seção avalia os impactos negativos do baixo desempenho econômico sobre o mercado de trabalho francês com destaque para o elevado e persistente nível de desemprego, sobretudo entre os mais jovens e menos escolarizados. A quarta seção analisa a desaceleração nos gastos sociais, no período mais recente, em que pese o aumento das despesas públicas com políticas anticíclicas ou de compensação e incentivo ao capital. A quinta seção

---

<sup>1</sup> Esse artigo está baseado no relatório de pesquisa desenvolvido pelos autores como atividade de pós-doutoramento no Institut de Recherches Économiques et Sociales (IRES) de Paris-França no ano de 2019. Os indicadores e a análise abarcam o período de 2000 a 2018 e, portanto, não incorporam os impactos das recentes propostas de reformas da previdência e do setor público francês, bem como o aprofundamento da reforma trabalhista do Governo Macron no período 2019-2020, bem como os impactos socioeconômicos da crise sanitária e econômica francesa e global.

resume as principais mudanças normativas e institucionais no mercado de trabalho da França, de natureza liberal, com o objetivo de contribuir para reverter o quadro atual de estagnação econômica. Finalmente, a seção conclusiva recupera os principais resultados e análises e tece alguns comentários críticos com relação à opção liberal na condução da economia francesa para o enfrentamento da crise.

## 1. Perda de protagonismo da França no cenário global e europeu

A França tem apresentado menor dinamismo econômico (Tabela 1) e reduzido sua participação nos PIB europeu e global (Tabela 2). A perda de protagonismo era anterior à crise financeira internacional, mas se acentuou depois de 2009, sobretudo com relação ao mundo, em função do desempenho de economias emergentes, como Índia e China, e posteriormente com a recuperação dos EUA, e o aprofundamento da crise na Europa em 2012 e 2013.

**Tabela 1. Taxa real de crescimento do PIB para regiões e países selecionados**  
(em %)

| Região e país  | Média Anos 1990 | Média 2000-2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|----------------|-----------------|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Mundo          | 2,7             | 3,5             | 1,8  | -1,7 | 4,4  | 3,2  | 2,5  | 2,7  | 2,8  | 2,9  | 2,6  | 3,2  |
| Alta Renda     | 2,6             | 2,6             | 0,4  | -3,4 | 3,1  | 1,9  | 1,3  | 1,4  | 2,0  | 2,4  | 1,7  | 2,2  |
| União Europeia | 2,2             | 2,5             | 0,5  | -4,3 | 2,2  | 1,8  | -0,4 | 0,3  | 1,8  | 2,3  | 2,0  | 2,5  |
| EUA            | 3,2             | 2,7             | -0,3 | -2,8 | 2,7  | 1,6  | 2,2  | 1,8  | 2,5  | 2,9  | 1,6  | 2,2  |
| Alemanha       | 2,2             | 1,6             | 1,1  | -5,6 | 4,1  | 3,7  | 0,5  | 0,5  | 2,2  | 1,7  | 2,2  | 2,2  |
| França         | 2,0             | 2,1             | 0,2  | -2,9 | 2,0  | 2,2  | 0,3  | 0,6  | 1,0  | 1,1  | 1,2  | 2,2  |

Fonte: WDI. Banco Mundial. Elaboração dos autores.

A perda de protagonismo dentro do cenário europeu foi menos acentuada até porque a Europa apresentou também um baixo desempenho no período pós crise, com forte queda no PIB em 2009 (-4,3% contra -2,8% dos EUA, epicentro da crise), uma curta recuperação em 2010-2011, seguida de uma recessão em 2012 (-0,4%) e pífia recuperação em 2013 (0,3%). No período de recuperação da economia europeia de 2014-2017, puxada sobretudo pelo dinamismo alemão, a França cresceu bem abaixo da média europeia e dos países avançados. Importante destacar que a taxa média de crescimento francesa nesse período de retomada foi de apenas 2/3 da taxa média verificada nos anos 1990 ou no período 2000-2008, antes da eclosão da crise financeira. É indiscutível a perda de dinamismo relativo francês se comparado a outros períodos ou com o desempenho europeu e de países avançados.

A rigor, o desempenho francês sempre esteve muito atrelado ao desempenho europeu, sobretudo por conta da integração econômica e dos intensos fluxos de comércio e investimento intrabloco. O fraco desempenho econômico europeu em 2009 e no biênio 2012-2013 afetou negativamente a França, mas a retomada recente da Europa em 2015-2017 não foi ainda acompanhada na mesma intensidade pela França, o que sugere que os problemas e desafios franceses vão além da complexa relação com a Europa.

A desagregação do PIB nas variáveis de demanda permite observar a participação e contribuição das variáveis de demanda agregada na formação do PIB francês (Tabela 3). Os indicadores cobrem o período anterior e pós crise financeira internacional. Uma primeira observação importante é que a participação do gasto público e do investimento francês no PIB sempre foram superiores à

participação média na UE. A relação gasto público e PIB na França supera a média mundial também. Esses indicadores apontam a maior presença e importância do Estado na França, realizando e coordenando blocos de investimento e gastos sociais. Por outro lado, o consumo das famílias sempre teve uma participação menor que a média europeia, embora crescente depois da crise financeira.

**Tabela 2. Participação do PIB francês no PIB europeu e mundial**  
(em %)

| Participação do PIB francês       | Participação média Anos 1990 | Participação média 2000-2008 | Participação média 2009-2017 |
|-----------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| PIB (valor constante de 2010)     |                              |                              |                              |
| França / Mundo                    | 4,8                          | 4,4                          | 3,8                          |
| França / União Europeia           | 15,9                         | 15,6                         | 15,5                         |
| PIB (valor corrente)              |                              |                              |                              |
| França / Mundo                    | 5,1                          | 4,5                          | 3,7                          |
| França / União Europeia           | 16,3                         | 15,2                         | 15,3                         |
| PIB ppc (valor constante de 2011) |                              |                              |                              |
| França / Mundo                    | 3,5                          | 3,1                          | 2,4                          |
| França / União Europeia           | 14,4                         | 14,1                         | 13,9                         |
| PIB ppc (valor corrente)          |                              |                              |                              |
| França / Mundo                    | 3,4                          | 3,0                          | 2,5                          |
| França / União Europeia           | 14,2                         | 14,1                         | 13,9                         |

Fonte: WDI. Banco Mundial. Elaboração dos autores.

**Tabela 3. Participação e contribuição das variáveis de demanda agregada no PIB francês, 1990-2017**  
(em %)

| Composição do PIB         | Participação média Anos 1990 | Participação média 2000-2008 | Participação média 2009-2017 | Contribuição média Anos 90 | Contribuição média 2000-2008 | Contribuição média 2009-2017 |
|---------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------------|
| PIB                       | 100,0                        | 100,0                        | 100,0                        | 100,0                      | 100,0                        | 100,0                        |
| Gasto público             | 24,8                         | 23,0                         | 24,2                         | 20,4                       | 19,7                         | 45,1                         |
| Formação bruta de capital | 21,3                         | 23,2                         | 22,7                         | 14,1                       | 35,9                         | 20,6                         |
| Consumo                   | 52,8                         | 53,2                         | 54,6                         | 47,5                       | 60,4                         | 65,9                         |
| Exportação líquida        | 1,2                          | 0,7                          | -1,5                         | 15,7                       | -15,2                        | -31,5                        |
| Exportação                | 19,2                         | 26,3                         | 28,9                         | 65,8                       | 49,2                         | 87,0                         |
| Importação                | 18,0                         | 25,6                         | 30,4                         | -50,1                      | -64,4                        | -118,6                       |

Fonte: WDI. Banco Mundial. Elaboração dos autores.

O grau de abertura comercial da França, medido pela relação entre a soma das exportações e importações no PIB e que expressa a importância do setor externo para a economia, também sempre foi menor no caso francês. O mercado europeu é de longe o principal destino das exportações francesas: 60% do total exportado em 2018 (15% para a Alemanha). Em contrapartida, a União Europeia também é a maior fornecedora para a França, representando 60% das importações em 2018 (15,5% provenientes da Alemanha). A importância da União Europeia tanto para as exportações quanto para as importações era maior antes da crise financeira (média de 65% para as exportações e 63% para as importações).

A crise financeira provocou uma forte queda na taxa de investimento francesa, que foi parcialmente compensada pelo aumento dos gastos públicos. Os investimentos explicaram mais de um terço da taxa de crescimento do período pré-crise. Depois da crise essa contribuição caiu para um pouco mais de um quinto. Já os gastos públicos que contribuíram com 20% da taxa de crescimento antes da crise, ampliaram essa contribuição para 45% no período pós-crise.

Por outro lado, o consumo das famílias foi a variável que aumentou sua contribuição ao crescimento nos dois períodos, contribuição essa que ficou acima de sua participação no PIB. Nos anos 1990, o consumo representava 53% do PIB e contribuiu com 47,5% da taxa de crescimento. Já no período 2000-2008, a contribuição saltou para 60% e depois da crise para 66%. O padrão de crescimento sustentado sobretudo no consumo resultou em um expressivo crescimento da participação das importações, que contribuíram negativamente para o crescimento do PIB nos dois períodos. Cabe destacar que a contribuição positiva das exportações ao crescimento foi sempre inferior à contribuição negativa das importações, com exceção da década de 1990. Com isso a contribuição das exportações líquidas foi negativa tanto no período expansivo até 2008, quanto no período posterior à crise financeira internacional. Em síntese, as exportações não lograram substituir o investimento, o consumo e o gasto público como vetor de dinamismo da economia francesa. Como veremos a seguir, o crescimento do consumo e das importações se deu com a perda relativa de valor agregado manufatureiro e com fragilização da indústria francesa.

**Tabela 4. Participação e contribuição da agricultura, indústria e serviços para o valor agregado francês, 1990-2017**  
(em %)

| Composição do valor agregado | Participação média | Participação média | Participação média | Contribuição média | Contribuição média | Contribuição média |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                              | Anos 1990          | 2000-2008          | 2009-2017          | Anos 90            | 2000-2008          | 2009-2017          |
| Valor Agregado Total         | 100,0              | 100,0              | 100,0              | 100,0              | 100,0              | 100,0              |
| Indústria                    | 22,0               | 21,5               | 19,4               | 12,6               | 17,5               | -6,1               |
| Agricultura                  | 2,0                | 1,8                | 1,7                | 1,9                | 0,2                | 1,2                |
| Serviço                      | 76,1               | 76,7               | 78,9               | 85,5               | 82,3               | 104,9              |
| Manufatura                   | 11,8               | 12,2               | 11,6               | 13,7               | 9,6                | 10,2               |

Fonte: WDI. Banco Mundial. Elaboração dos autores.

**Tabela 5. Participação da França no fluxo de investimento direto estrangeiro realizado na União Europeia e no Mundo**  
(em %)

| IDE recebido e realizado             | Participação média | Participação média | Participação média |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                                      | Anos 1990          | 2000-2008          | 2009-2017          |
| Participação França / União Europeia |                    |                    |                    |
| IDE recebido do exterior             | 19,5               | 9,2                | 5,2                |
| IDE realizado no exterior            | 17,7               | 13,4               | 9,5                |
| Participação França / Mundo          |                    |                    |                    |
| IDE recebido do exterior             | 7,5                | 4,5                | 1,6                |
| IDE realizado no exterior            | 8,7                | 7,6                | 3,3                |

Fonte: WDI. Banco Mundial. Elaboração dos autores.

A desagregação do valor agregado francês pelo lado da oferta aponta que nas últimas décadas a agricultura (1,7%) e a indústria (19,4%) perderam importância para o setor de serviços, que foi responsável por 78,9% do valor agregado total no período 2009-2017 (Tabela 4). Depois da crise financeira essa tendência se acentuou. No período 2009-2017, a contribuição da indústria foi negativa para o crescimento do valor agregado total francês. Os desempenhos diferenciados desses setores tiveram impactos sobre a composição do emprego na França, como analisado mais à frente.

Apesar de todo esforço das políticas e reformas de cunho liberal, a França parece ter perdido também atratividade para o investidor estrangeiro no período recente. A análise da evolução do investimento direto estrangeiro nos períodos pré e pós-crise (Tabela 5) aponta uma queda expressiva

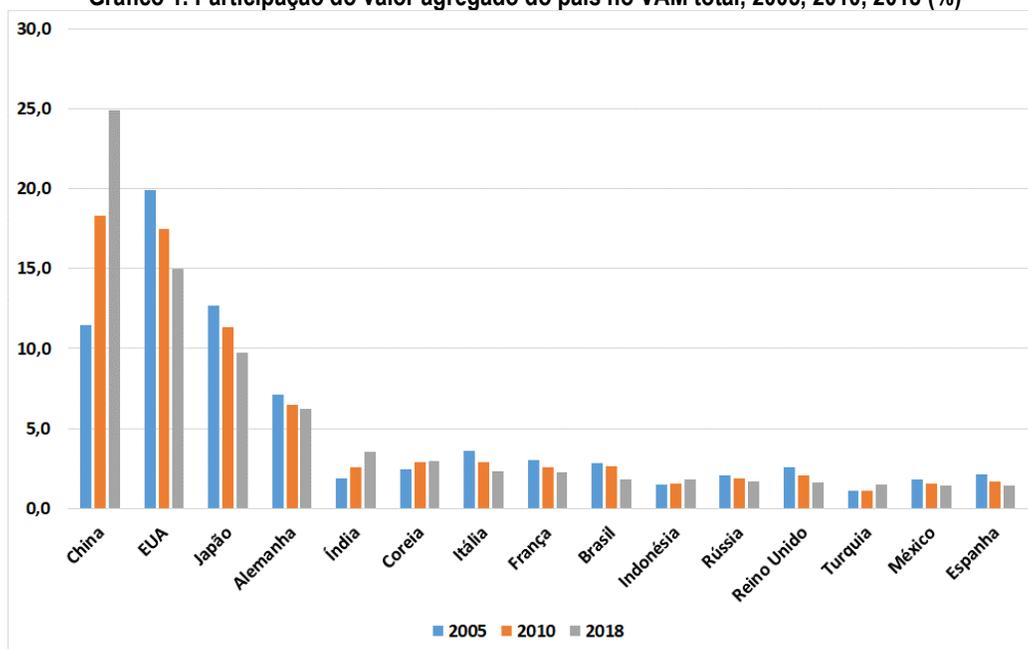
na participação da França nos fluxos globais e regionais de IDE. Importante destacar também que os investimentos franceses no exterior perderam protagonismo dentro e fora da Europa, o que sinalizaria uma perda de competitividade e capacidade de acumulação das grandes corporações francesas.

## 2. Fragilização da indústria manufatureira francesa

A França foi o oitavo produto manufatureiro global em 2018, atrás somente da China, EUA, Japão, Alemanha, Índia, Coreia e Itália (Gráfico 1). O valor agregado manufatureiro (VAM) foi da ordem de US\$ 303,9 bilhões, o que representou aproximadamente 10% do valor agregado total francês (Unido, 2018). O VAM *per capita* foi de US\$ 4.604 (abaixo dos US\$ 5,7 mil nas economias industrializadas em 2017) e suas exportações de manufaturados *per capita* foram de US\$ 7.174 (abaixo da média dos países industrializados). Pouco mais da metade (51%) da estrutura do VAM é composta por setores de média e alta intensidade tecnológica, enquanto dois terços (66%) das suas exportações de manufaturados são de produtos de média e alta intensidade tecnológica.

Embora seja uma importante potência industrial, o baixo crescimento econômico, a redução da taxa de investimentos, o esforço insuficiente de atividades inovativas, o menor fluxo de investimentos estrangeiros, a desaceleração do processo de internacionalização de suas corporações e o aumento significativo das importações<sup>2</sup> têm fragilizado e reduzido a capacidade de agregação de valor da estrutura produtiva francesa.

Gráfico 1. Participação do valor agregado do país no VAM total, 2005, 2010, 2018 (%)



Fonte: UNIDO. Elaboração dos autores.

<sup>2</sup> O indicador de penetração das importações da UNIDO (2018) indica um expressivo incremento das importações no mercado francês. Entre 2000 e 2011, o indicador cresceu para o setor de alimentos e bebidas (14,4% para 18,8%); têxtil, vestuário e calçados (47,5% para 80,7%), química e produtos químicos (39% para 50%), máquinas elétricas (30,5% para 45,8%), automobilística (36% para 42,8%) e equipamentos eletrônicos, ópticos e computadores (56,9% para 70%).

A participação da França no valor agregado manufatureiro global e regional se reduziu nos períodos pré e pós-crise internacional (Tabela 6). A participação do VAM francês no VAM mundial caiu de uma média de 2,9% no período 2000-2008, para 2,6% no período 2009-2017. Também perdeu participação em relação ao VAM europeu, caindo de 11,9% para 11,5%, em razão do melhor desempenho de outras economias europeias como Alemanha, Itália, Bélgica e Irlanda no período mais recente. Quando se considera o valor agregado industrial (VAI), a França ganhou participação na União Europeia em função do bom desempenho do setor de construção, estimulado como medida anticíclica no período pós-crise financeira.

**Tabela 6. Participação da França no valor agregado da indústria e da manufatura da União Europeia e Mundial**  
(em %)

| Valor agregado da indústria e da manufatura<br>(valores constantes de 2010) | Participação média<br>2000-2008 | Participação média<br>2009-2017 |
|---|---------------------------------|---------------------------------|
| Valor agregado da Indústria (inclui construção)                             |                                 |                                 |
| França / Mundo  | 2,8                             | 2,8                             |
| França / União Europeia   | 11,4                            | 12,4                            |
| Valor agregado da Manufatura  |                                 |                                 |
| França / Mundo  | 2,9                             | 2,6                             |
| França / União Europeia   | 11,9                            | 11,5                            |

Fonte: Unido.

**Tabela 7. Ranking do indicador de competitividade industrial, 1990-2017**

| País          | 2017 | 2010 | 2000 | 1990 |
|---------------|------|------|------|------|
| Alemanha      | 1    | 1    | 2    | 1    |
| Japão         | 2    | 2    | 1    | 2    |
| China         | 3    | 6    | 22   | 32   |
| Coreia do Sul | 4    | 4    | 11   | 17   |
| EUA           | 5    | 3    | 3    | 3    |
| Irlanda       | 6    | 14   | 10   | 19   |
| Suíça         | 7    | 5    | 7    | 5    |
| Bélgica       | 8    | 10   | 8    | 10   |
| Itália        | 9    | 8    | 5    | 4    |
| Holanda       | 10   | 11   | 13   | 9    |
| França        | 11   | 9    | 6    | 6    |

Fonte: CIP-UNIDO. Elaboração dos autores.

A UNIDO constrói um indicador de competitividade industrial (ICI) para 150 países que sintetiza vários outros indicadores de desempenho da estrutura de produção e de exportação do país (Unido, 2019). O ICI está composto de três dimensões. A primeira dimensão avalia a capacidade de produção e de exportação de bens manufaturados do país. Os indicadores utilizados são: a) o valor agregado manufatureiro (VAM) *per capita*, dado pela relação entre o MVA e a população do país; e b) a exportação de manufaturados *per capita*, dada pela exportação de manufaturados e a população do país.

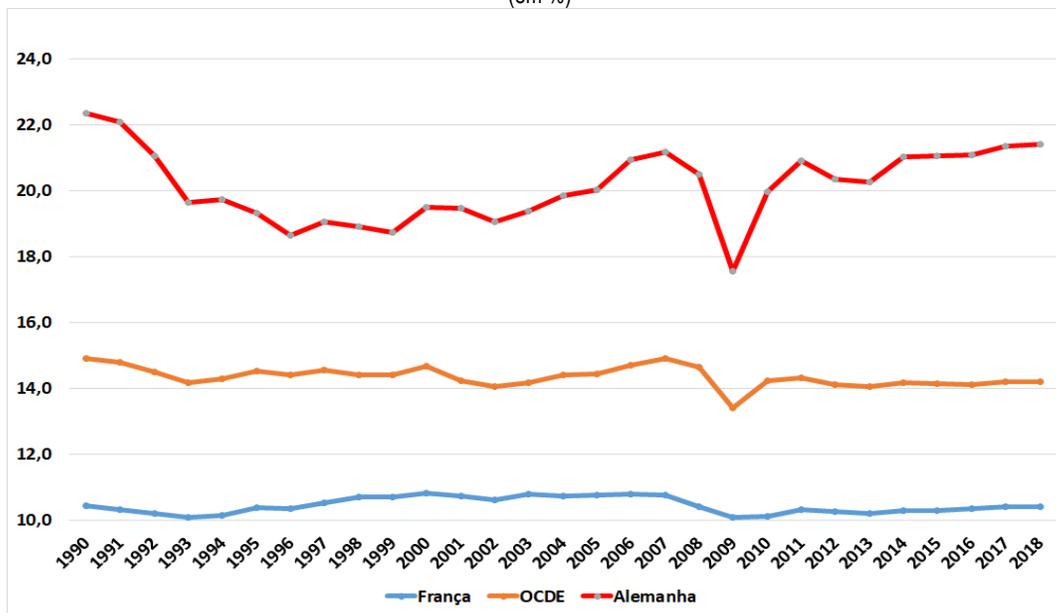
A segunda dimensão avalia a dependência e o *upgrading* tecnológico do país. Os indicadores utilizados são: a) intensidade de industrialização, calculado pela média de dois outros indicadores, a participação do VAM no PIB da economia e a participação do valor agregado de setores de média e alta tecnologia no total do VAM; e b) indicador de qualidade das exportações, também calculado pela média de outros dois indicadores, a participação das exportações de manufaturados nas exportações totais e a participação das exportações de média e alta tecnologia nas exportações de manufaturados do país.

A terceira dimensão avalia o impacto e a importância do país na produção e exportação globais. Os indicadores utilizados são: a) a participação do VAM do país no VAM global e b) a participação das exportações de manufaturados do país nas exportações globais de manufaturados.

A partir da análise da evolução do ICI, a França vem perdendo competitividade dentro das economias mais industrializadas. Em 1990, o país ocupava a 6ª posição no ranking de 150 países, manteve a posição em 2000, caiu para a 9ª posição depois do início da crise e teve nova queda em 2017 para a 11ª posição (Tabela 7).

No período pós-crise, entre 2010 e 2017, apenas na terceira dimensão, que avalia a importância e o impacto da economia para a produção e exportação globais, a França apresentou um bom desempenho. O país obteve a sexta posição (dentre 150 países) no indicador de participação nas exportações de manufaturados globais e a oitava no indicador de participação no VAM global. Com relação às demais dimensões, houve uma piora no desempenho relativo. A pior posição foi no indicador de participação do VAM no PIB do país (90ª posição dentre 150), seguido pelo indicador de intensidade da industrialização (32ª posição), participação das manufaturas nas exportações totais do país (31ª posição), MVA *per capita* (24ª posição), exportação de manufaturados *per capita* (22ª posição), participação dos setores de média e alta intensidade tecnológica nas exportações de manufaturados (16ª posição), índice de qualidade das exportações industriais (15ª posição) e participação dos setores de média e alta intensidade tecnológica no VAM (12ª posição).

**Gráfico 2. Evolução do grau de industrialização (VAM / PIB) da França, Alemanha e OCDE, 1990-2018**  
(em %)



Fonte: Unido. Elaboração dos autores.

Importante avaliar o impacto da perda de competitividade e dinamismo da estrutura produtiva francesa sobre o emprego industrial. Pelos dados da Unido, a França não vem sofrendo um processo de desindustrialização, medido pela relação valor agregado manufatureiro (VAM) e o valor agregado total (VAT). O indicador de intensidade de industrialização tem se mantido entre 10% e 11% desde o início dos anos

1990. Entretanto, o indicador é bastante inferior à média dos países avançados, dos demais países europeus, sobretudo da Alemanha, cujo indicador variou entre 18% e 22% nas últimas décadas (Gráfico 2).

Os indicadores da Unido apontam que a indústria global tem mantido sua participação na geração de emprego, devido ao desempenho industrial dos países do sul e leste asiáticos e, em particular, da China. A fragmentação e transferência de indústrias dos países industrializados para a periferia capitalista, sobretudo asiática, e a intensificação do processo de industrialização na Ásia explicam essa tendência. Em contrapartida, nos países desenvolvidos há uma perda significativa de participação da indústria na geração de empregos (Tabela 8).

**Tabela 8. Participação do emprego industrial no emprego total, 1991-2018**

| Região e país  | (em %)    |           |           |
|----------------|-----------|-----------|-----------|
|                | Anos 1990 | Anos 2000 | 2010-2018 |
| França         | 27,3      | 24,3      | 21,0      |
| Mundo          | 22,7      | 22,5      | 22,8      |
| Alta Renda     | 28,9      | 25,4      | 22,9      |
| União Europeia | 31,5      | 27,9      | 24,4      |

Fonte: WDI Banco Mundial. Elaboração dos autores.

Na França esta queda foi ainda mais acentuada, reforçando o argumento de relativa fragilização da indústria francesa. Nos anos 1990, o emprego industrial representava 27,3% do emprego total na França, acima da média mundial, mas abaixo da participação média na Europa e nos países avançados. Nas décadas seguintes houve significativa redução na participação: 24,5% nos anos 2000 e 21% no período pós-crise financeira (2010-2018). A participação do emprego industrial no emprego total na França no período 2010-2018 foi inferior ao do restante da Europa, dos países avançados e do mundo (Tabela 8).

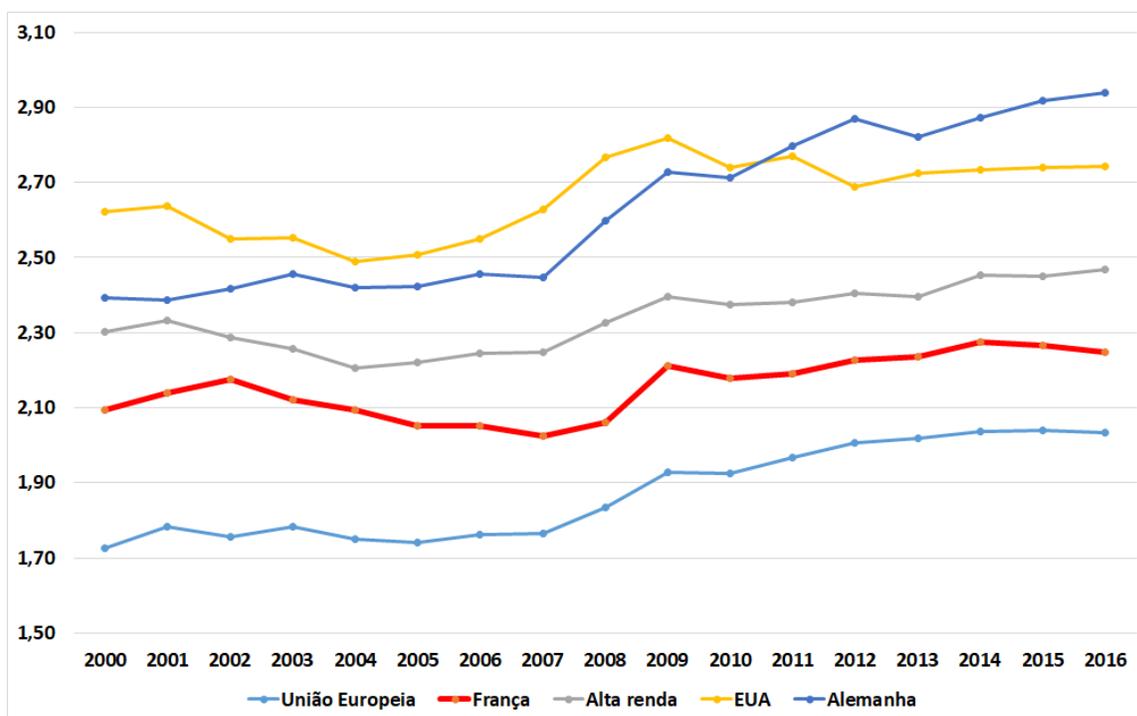
A agricultura também reduziu substancialmente sua participação no emprego total na França nas últimas três décadas. Em contrapartida, o setor de serviços que era responsável por 67,7% dos empregos nos anos 1990, ampliou para 72% na primeira década do século XXI e para 76,1% no período 2010-2018 (Tabela 9).

**Tabela 9. Distribuição do emprego por setor de atividade na França, 1991-2018**

| Setor de atividade | (em %)    |           |           |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|
|                    | Anos 1990 | Anos 2000 | 2010-2018 |
| Agricultura        | 5,0       | 3,7       | 2,9       |
| Indústria          | 27,3      | 24,3      | 21,0      |
| Serviços           | 67,7      | 72,0      | 76,1      |

Fonte: WDI-Banco Mundial e ILO. Elaboração dos autores.

Um outro indicador de fragilização da estrutura produtiva francesa em relação às economias avançadas está relacionado aos esforços inovativos expressos nos gastos em P&D. Embora a relação entre gastos em P&D e PIB seja crescente para o período pós crise, saltou de 2,06% em 2008 para 2,25% em 2016, superando inclusive o indicador para a União Europeia (2,03% em 2016), o esforço inovador fica aquém da média dos países avançados, sobretudo em relação aos EUA (2,74%) e a Alemanha (2,94%). A evolução do indicador de intensidade tecnológica pode estar sinalizando que os investimentos em P&D do núcleo francês mais intensivo em tecnologia e inovação (energia, complexo da saúde, defesa, automotivo e equipamentos de transporte) não têm sido suficiente para transbordar dinamismo para o restante da economia (Gráfico 3).

**Gráfico 3. Evolução dos gastos em P&D em relação ao PIB, 2000-2016 (em %)**

Fonte: WIR-Banco Mundial. Elaboração dos autores

O IRI da Comissão Europeia (2018) compila informações para uma amostra composta por 2,5 mil empresas com maiores gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no mundo. Em 2018, os gastos atingiram € 736 bilhões com uma tendência de forte crescimento em função das mudanças tecnológicas em curso no âmbito da quarta revolução industrial ou da Manufatura 4.0. Juntas essas empresas empregavam 55 milhões de pessoas em 2018. Os setores mais empregadores foram: automotivo (7,4 milhões), equipamentos elétricos e eletrônicos (5 milhões), serviços de software e computação (3,7 milhões) e tecnologia de equipamentos e hardware (3,7 milhões). Para uma amostra menor de 1.431 empresas é possível comparar a evolução dos indicadores entre 2008 e 2017. Apesar da crise financeira, os gastos em P&D cresceram 47% entre 2008 e 2017 (de € 383,1 bilhões para € 564,2 bilhões), a receita líquida cresceu 20% (de € 11,8 trilhões para € 14,1 trilhões) e o emprego cresceu 19% (de 36,7 milhões para 43,5 milhões de empregados).

Do total da amostra de 2,5 mil empresas, setenta e cinco (75) empresas eram francesas. Com destaque para a Sanofi (setor farmacêutico e biotecnologia), Renault, Peugeot e Valeo (setor automobilístico). Os EUA com 778 empresas lideram o ranking, seguidos da China (438), Japão (339), Alemanha (135) e Taiwan (99).

As 75 empresas francesas realizaram gastos de € 28,4 bilhões em P&D em 2018, o que correspondeu a 3,9% do total da amostra. A intensidade tecnológica (relação entre os gastos em P&D e a receita líquida) média das empresas francesas foi de 2,6%, abaixo da média das empresas da União Europeia (3,4%) e do total de empresas (4%). A título de comparação as 135 empresas alemãs da amostra foram responsáveis por 10,9% dos gastos em P&D (€ 80,2 bilhões) com um indicador de intensidade tecnológica de 4,2%.

Estes indicadores apontam que o esforço tecnológico francês está concentrado em um grupo reduzido de setores (farmacêutica, automotivo, equipamentos de transporte, defesa e energia) e de empresas. Mas esse esforço não tem transbordado para o restante da economia como mostra a evolução e o patamar do indicador de gastos em P&D e o PIB e os indicadores da União de *upgrading* tecnológico nas pautas de produção e de exportação. A questão importante a ser destacada aqui é a capacidade desses setores e empresas de maior intensidade tecnológica de se reestruturarem no âmbito das profundas mudanças tecnológicas em curso e o impacto dessas transformações sobre a competitividade e o emprego dos setores mais tradicionais da estrutura produtiva francesa.

### 3. Os impactos negativos no mercado de trabalho

A perda de dinamismo da economia francesa e a fragilização da estrutura produtiva nas últimas décadas tiveram reflexos importantes sobre o mercado de trabalho. As principais tendências e características do mercado de trabalho francês são: crescimento da força de trabalho acima da geração de novos empregos no período pós-crise, taxa de desemprego elevada em relação aos demais países avançados, taxa de desemprego bastante diferenciada por faixa etária e por nível de escolaridade, mas sem diferença significativa por gênero; e impacto forte e assimétrico da crise sobre o mercado de trabalho, com impactos negativos para os mais jovens e menos escolarizados.

#### 3.1. Evolução e características da taxa de desemprego

A taxa de desemprego<sup>3</sup> total na França, medida pela relação desempregados e força de trabalho, foi de 9,2% em 2018, praticamente igual para homens (9,1%) e mulheres (9,2%). Cabe destacar que a taxa de desemprego para os mais jovens (entre 15 e 24 anos) atingiu 22,7% em 2018.

A população francesa com idade superior a 15 anos, ou seja, apta ao trabalho, foi estimada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 55,1 milhões em 2018, sendo 26,8 milhões de homens (48,7%) e 28,3 milhões de mulheres (51,3%). Com relação à força de trabalho (população economicamente ativa) de 30,3 milhões em 2018, a proporção se inverte, sendo majoritária de homens (53%) contra 47% de mulheres. Segundo a OIT, o total de empregos na França em 2018 era de 27,5 milhões, ocupados por 14,6 milhões homens (53,1%) e por 12,9 milhões de mulheres (46,9%). O setor de serviços foi de longe o maior empregador com 77,1% dos empregos, seguido pela indústria com 20,6% e a agricultura com 2,3%. Os jovens ocupavam 2,4 milhões de empregos, o que correspondeu a 8,8% do total. Pela metodologia da OIT o contingente de desempregados atingiu 2,8 milhões de pessoas em 2018. Do total de empregos, os empregados ocupavam 88,4%, os trabalhadores por conta própria 7,1% e 4,2% eram de empregadores (Tabela 10).

<sup>3</sup> Segundo a definição da OIT e da OCDE, a taxa de desemprego é o número de pessoas desempregadas em relação à força de trabalho. Pessoas desempregadas são aquelas que relatam que estão sem trabalho, que estão disponíveis para o trabalho e que tomaram medidas ativas para encontrar trabalho nas últimas semanas. Quando o desemprego está elevado, algumas pessoas podem desanimar e parar de procurar emprego. Nesse caso essas pessoas são excluídas da força de trabalho. Isso implica que a taxa de desemprego pode cair ou parar de subir, mesmo que não tenha ocorrido uma melhora no mercado de trabalho.

**Tabela 10. População, força de trabalho, emprego e desemprego na França, 2018**

| (em milhares e em %)               |                        |       |                |       |      |
|------------------------------------|------------------------|-------|----------------|-------|------|
| <b>População</b>                   | <b>15 anos ou mais</b> | (%)   | <b>15 a 24</b> | (%)   | (%)  |
| Total                              | 55.056                 | 100,0 | 7.976          | 100,0 | 14,5 |
| Homem                              | 26.799                 | 48,7  | 4.076          | 51,1  | 15,2 |
| Mulher                             | 28.257                 | 51,3  | 3.900          | 48,9  | 13,8 |
| <b>Relação Emprego e População</b> | <b>15 anos ou mais</b> |       | <b>15 a 24</b> |       |      |
| Total                              | 50,0                   |       | 29,9           |       |      |
| Homem                              | 54,6                   |       | 32,5           |       |      |
| Mulher                             | 47,7                   |       | 27,2           |       |      |
| <b>Força de Trabalho</b>           | <b>15 anos ou mais</b> | (%)   | <b>15 a 24</b> | (%)   | (%)  |
| Total                              | 30.313                 | 100,0 | 3.015          | 100,0 | 9,9  |
| Homem                              | 16.089                 | 53,1  | 1.688          | 56,0  | 10,5 |
| Mulher                             | 14.224                 | 46,9  | 1.328          | 44,0  | 9,3  |
| <b>Emprego</b>                     | <b>15 anos ou mais</b> | (%)   | <b>15 a 24</b> | (%)   | (%)  |
| Total                              | 27.530                 | 100,0 | 2.384          | 100,0 | 8,7  |
| Homem                              | 14.620                 | 53,1  | 1.324          | 55,5  | 9,1  |
| Mulher                             | 12.910                 | 46,9  | 1.061          | 44,5  | 8,2  |
| <b>Emprego</b>                     | <b>15 anos ou mais</b> | (%)   |                |       |      |
| Total                              | 27.530                 | 100,0 |                |       |      |
| Empregado                          | 24.333                 | 88,4  |                |       |      |
| Empregador                         | 1.148                  | 4,2   |                |       |      |
| Conta própria                      | 1.957                  | 7,1   |                |       |      |
| Trabalho doméstico                 | 92                     | 0,3   |                |       |      |
| <b>Emprego</b>                     | <b>15 anos ou mais</b> | (%)   |                |       |      |
| Total                              | 27.530                 | 100,0 |                |       |      |
| Agricultura                        | 717                    | 2,6   |                |       |      |
| Indústria                          | 5.594                  | 20,3  |                |       |      |
| Serviço                            | 21.220                 | 77,1  |                |       |      |
| <b>Desemprego</b>                  | <b>15 anos ou mais</b> | (%)   | <b>15 a 24</b> | (%)   | (%)  |
| Total                              | 2.783                  | 100,0 | 631            | 100,0 | 22,7 |
| Homem                              | 1.469                  | 52,8  | 364            | 57,7  | 24,8 |
| Mulher                             | 1.314                  | 47,2  | 267            | 42,3  | 20,3 |

Fonte: ILO e OECD. Elaboração dos autores.

A tabela 11 permite comparar a dinâmica no mercado de trabalho francês nos períodos pré e pós-crise internacional. No período pré-crise, a geração de novos empregos (12,1%) superou em muito o crescimento da força de trabalho (8,1%), o que provocou uma redução absoluta no número de desempregados e na taxa de desemprego. No período pós-crise de 2010 a 2018 a taxa de crescimento da população acima de quinze anos (4,7%) foi superior à da força de trabalho (2,3%) que, por sua vez, foi superior à geração de novos empregos (1,8%) e gerou um incremento (7,5%) no número de desempregados e na taxa de desemprego.

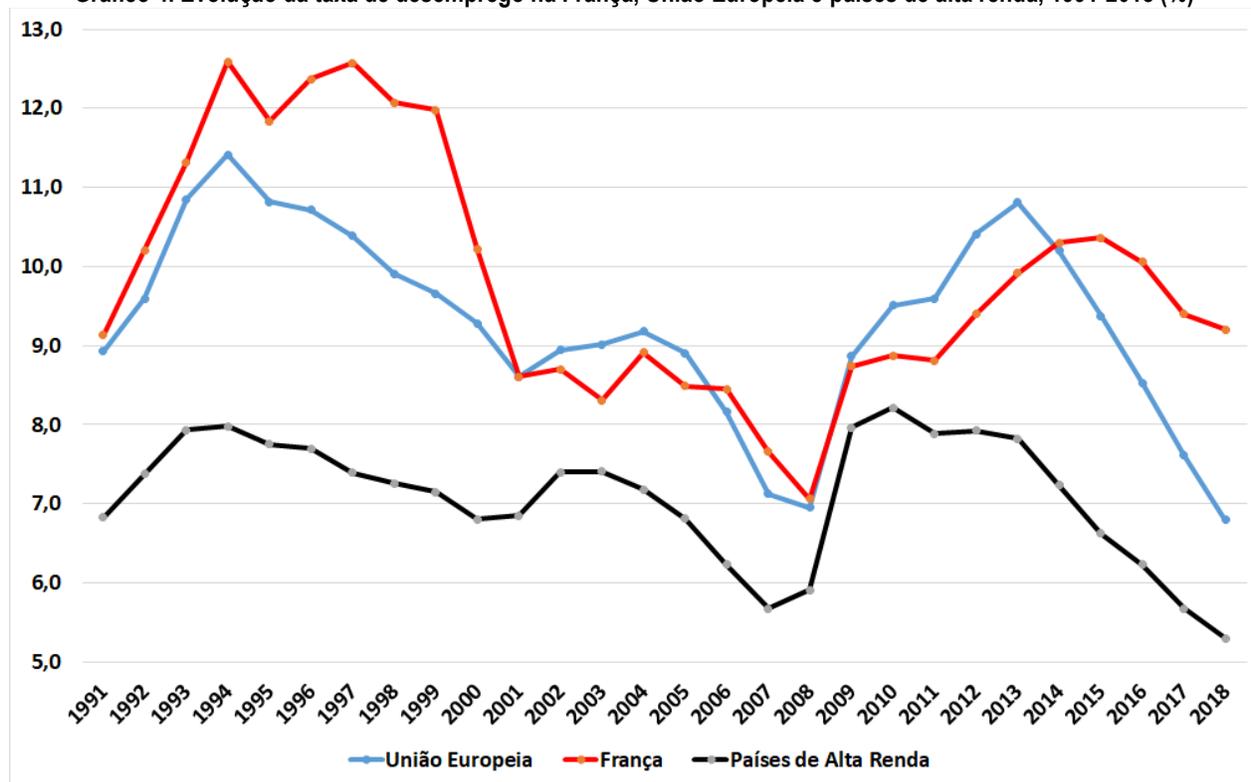
**Tabela 11. Taxa de crescimento da população, emprego, força de trabalho e desemprego na França, 1991-2018**

| (em %)                    |                     |                     |                     |                     |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Indicadores</b>        | Taxa de crescimento | Taxa de crescimento | Taxa de crescimento | Taxa de crescimento |
|                           | acumulado           | acumulado           | acumulado           | acumulado           |
|                           | Anos 1990           | Anos 2000           | 2010-2018           | 1991-2018           |
| População 15 anos ou mais | 4,9                 | 6,6                 | 4,7                 | 17,1                |
| Emprego                   | 2,2                 | 12,1                | 1,8                 | 16,6                |
| Desemprego                | 38,4                | -21,2               | 7,5                 | 17,3                |
| Força de trabalho         | 5,5                 | 8,1                 | 2,3                 | 16,7                |

Fonte: ILO e OECD. Elaboração dos autores.

Apesar das diferentes dinâmicas entre os dois períodos, se consideramos a dinâmica no mercado de trabalho desde o início dos anos 1990, a França criou 3,9 milhões de novos empregos, o que não foi suficiente para absorver o crescimento da força de trabalho de 4,3 milhões de pessoas. A taxa de desemprego na França foi superior à europeia e à de países de alta renda durante toda década dos 1990 (Gráfico 4). A forte redução do desemprego francês em 2000 permitiu que a taxa ficasse abaixo da média europeia e com tendência de queda até a crise financeira de 2008. A partir de então, a taxa de desemprego francesa elevou-se fortemente até 2014, superando novamente a taxa europeia e ficando muito acima da média dos países de alta renda (Gráfico 4).

**Gráfico 4. Evolução da taxa de desemprego na França, União Europeia e países de alta renda, 1991-2018 (%)**

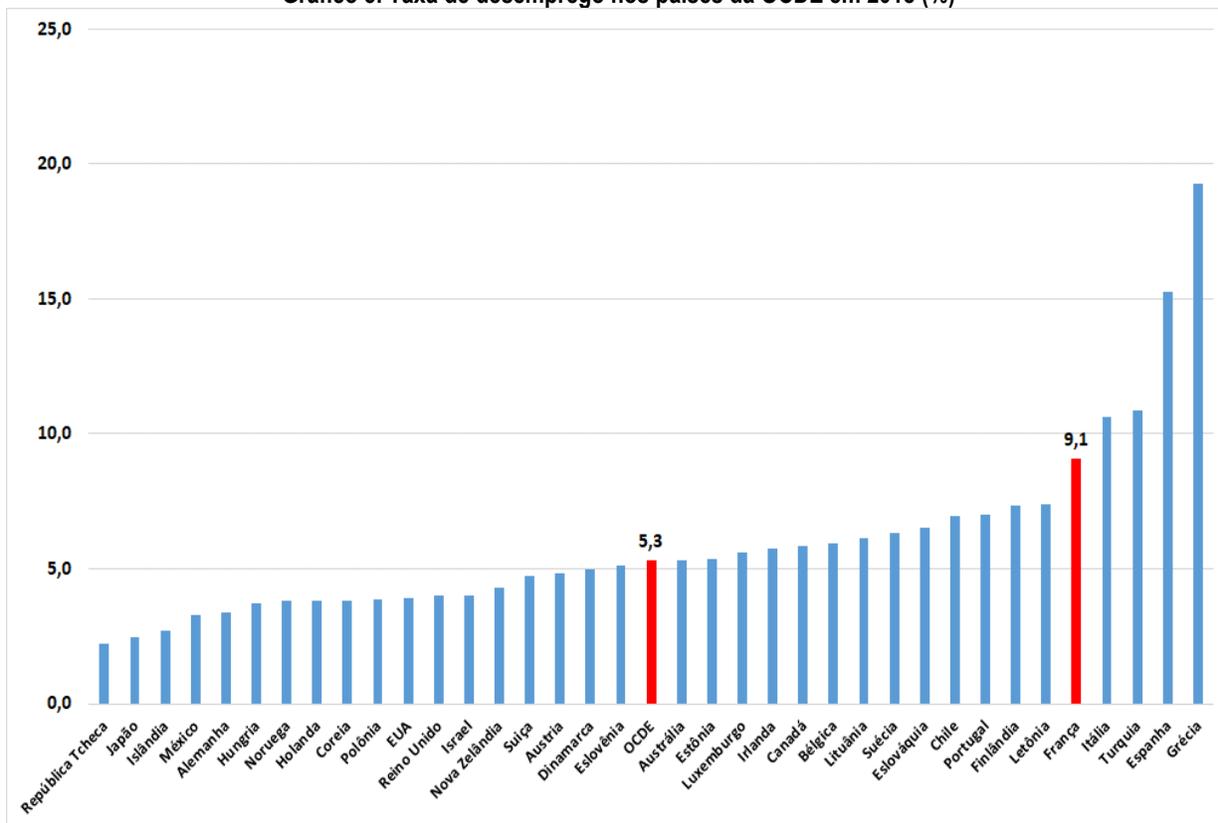


Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

Desde 2016 a taxa de desemprego vem se reduzindo, mas ainda permaneceu em 2018 acima da taxa anterior ao início da crise financeira (7,1% em 2008) e muito alta para padrões de países avançados. O Gráfico 5 permite observar que a taxa de desemprego francesa só foi inferior, dentro da OCDE, à taxa da Grécia, Espanha, Turquia e Itália em 2018.

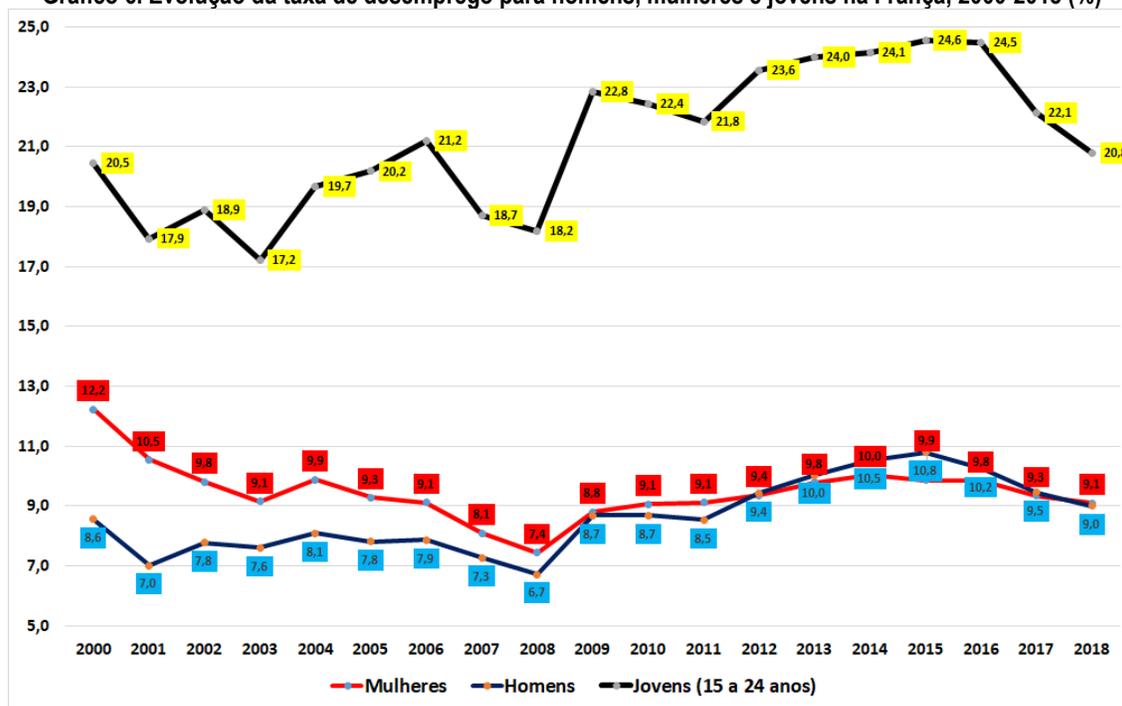
A taxa de desemprego desagregada por gênero foi praticamente a mesma em 2018: 9,1% para homens e 9,2% para as mulheres. Em 2000, a taxa era bem maior para as mulheres (12,2% contra 8,6%). No período 2000-2008, a taxa de desemprego para as mulheres permaneceu sempre superior à taxa dos homens, embora com tendência de queda mais acentuada, o que permitiu uma aproximação das duas taxas de desemprego. Desde então as duas taxas evoluíram muito próximas: com tendência crescente até 2015 e decrescente no triênio 2016-2018 (Gráfico 6).

Gráfico 5. Taxa de desemprego nos países da OCDE em 2018 (%)



Fonte: ILO e OECD. Elaboração dos autores.

Gráfico 6. Evolução da taxa de desemprego para homens, mulheres e jovens na França, 2000-2018 (%)

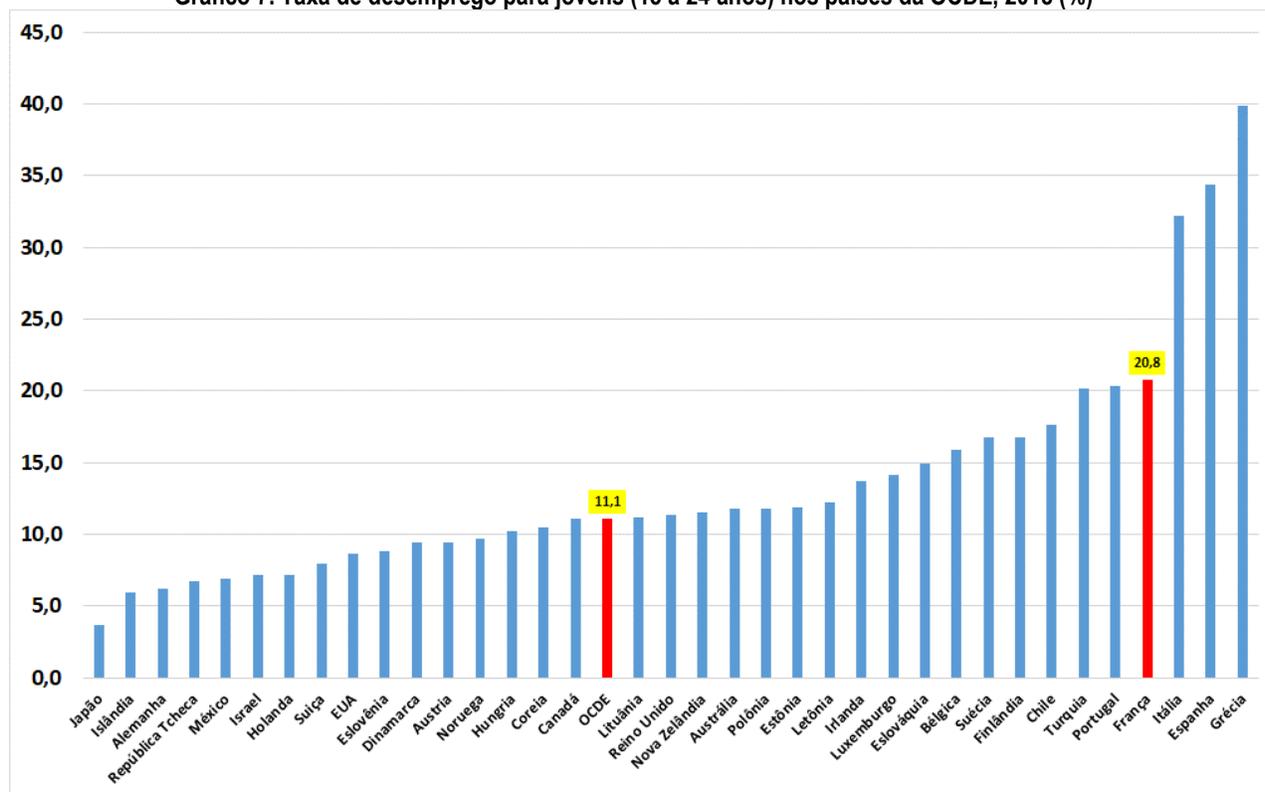


Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

Quando desagregada por faixa etária, a taxa de desemprego apresenta grandes diferenças. A taxa de desemprego para a população jovem entre 15 e 24 anos saltou de 18,2% para 22,8% entre 2008 e 2009, no auge da crise financeira internacional. Depois de apresentar ligeira queda, teve um novo salto em 2012 com o agravamento da crise e atingiu o patamar de 24,6% em 2015 (Gráfico 6). Apesar da forte queda no triênio 2016-2018, é ainda bastante superior à da média da população (20,8% contra 9,1%).

Além disso, a taxa média de desemprego de jovens na OCDE foi de 11,1% em 2018. A taxa da França só não foi maior que a da Grécia (39,9%), Espanha (34,4%) e Itália (32,2%) (Gráfico 7). A elevada taxa de desemprego para jovens impõe um grande desafio para as políticas públicas e, em especial, para o mercado de trabalho. Importante considerar que a taxa de desemprego cai para 7,9% para a faixa etária acima de 25 anos. Como veremos a seguir, outras duas características importantes no mercado de trabalho francês é a crescente participação de pessoas com maior grau de escolaridade e a reduzida taxa de desemprego entre as pessoas com nível de educação avançado.

**Gráfico 7. Taxa de desemprego para jovens (15 a 24 anos) nos países da OCDE, 2018 (%)**



Fonte: ILO e OECD. Elaboração dos autores.

A taxa de desemprego por nível de educação é também bastante assimétrica (Tabela 12). Enquanto as pessoas com nível superior apresentaram uma taxa de 5,4% em 2018, as pessoas de nível intermediário tinham uma taxa de 9,7%, as de nível básico de 16,1% e menos que o básico 17,9%. As pessoas de nível de educacional avançado ocupavam 41% (11,2 milhões de pessoas) dos empregos, mas somente 23,8% do total de desempregados (644 mil pessoas) em 2018.

**Tabela 12. Distribuição do desemprego e taxa de desemprego por nível educacional na França, 2018**  
(milhares e %)

| Nível educacional | Desemprego<br>(mil pessoas) | Distribuição<br>(%) | Taxa de Desemprego<br>(%) |
|-------------------|-----------------------------|---------------------|---------------------------|
| Total             | 2.702                       | 100,0               | 9,1                       |
| Avançado          | 644                         | 23,8                | 5,4                       |
| Intermediário     | 1.264                       | 46,8                | 9,7                       |
| Básico            | 722                         | 26,7                | 16,1                      |
| Menos que básico  | 59                          | 2,2                 | 17,9                      |
| Não classificado  | 14                          | 0,5                 | 13,7                      |

Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

A evolução da taxa de desemprego por nível de educação permite observar que o impacto da crise financeira foi bastante diferenciado no mercado de trabalho segundo os níveis educacionais (Tabela 13). Os trabalhadores de nível básico foram mais fortemente atingidos pela desaceleração econômica. Em 2009 o patamar de desemprego era de 11,2% (7,1% no total), atingiu o pico de 17% em 2016 e se reduziu para 16,1% em 2017 (9,4 % no total). Já para as pessoas com nível avançado de educação, a taxa de desemprego saltou de 4,5% em 2008 para 6,3% em 2014, uma elevação menor que a observada nos demais níveis educacionais. Além disso, a redução do desemprego na França, a partir de 2015, tem ocorrido de forma mais intensa para esse grupo de nível de educação, caindo de 6,3% em 2014 para 5,4% em 2017 (Gráfico 8 e Tabela 13).

**Tabela 13. Variação na taxa de desemprego por nível educacional na França, 2008-2017**  
(em %)

| Nível educacional | Variação absoluta (p.p.) |           | Variação relativa (%) |           |
|-------------------|--------------------------|-----------|-----------------------|-----------|
|                   | 2008-2000                | 2008-2000 | 2017-2008             | 2017-2008 |
| Avançado          | -1,7                     | -27,0     | 0,9                   | 20,4      |
| Intermediário     | -4,3                     | -36,3     | 3,0                   | 39,9      |
| Básico            | -6,4                     | -36,3     | 4,9                   | 43,7      |
| Total             | -3,2                     | -30,9     | 2,3                   | 33,1      |

Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

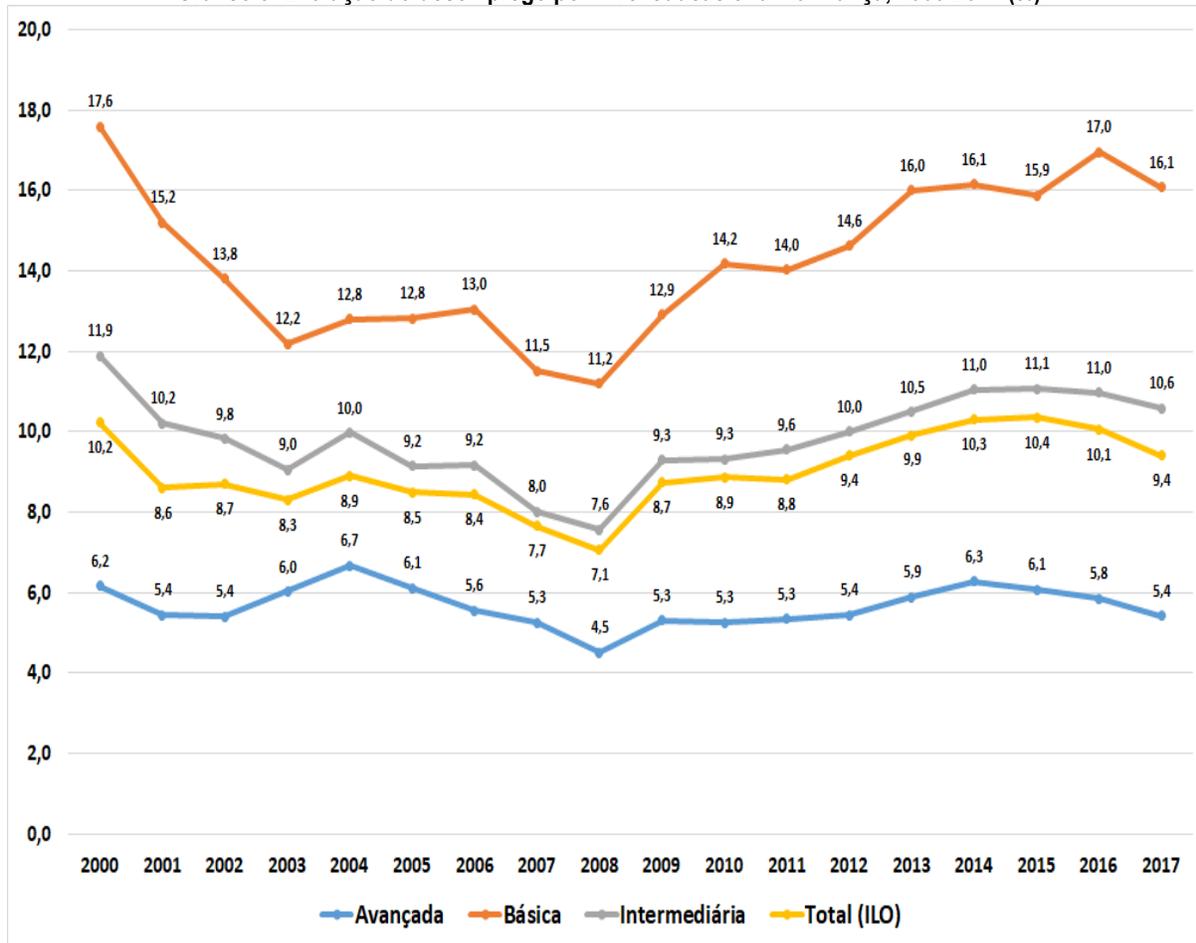
A OIT também constrói outros indicadores alternativos para a taxa de desemprego utilizando diferentes metodologias. Segundo a OIT, os componentes do trabalho subutilizado são: 1) subemprego por insuficiência de horas trabalhadas (trabalhadores que estão empregados com jornada insuficiente, querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas); 2) desemprego (desempregados constituem uma oferta de mão de obra efetivamente buscando trabalho e disponível); e 3) força de trabalho potencial ou “oferta potencial de mão de obra” (subdivididos entre os desocupados que estão buscando trabalho, mas não estão disponíveis para trabalhar, e os desocupados que não estão buscando trabalho, mas estão disponíveis e querendo trabalhar).

Os conceitos e métodos de cálculo dos indicadores são os seguintes:

- LU1: Taxa de desemprego:  $[\text{pessoas em desemprego} / \text{força de trabalho}] \times 100$ ;
- LU2: Taxa combinada de desemprego e subemprego por insuficiência de horas trabalhadas:  $[(\text{pessoas em desemprego} + \text{pessoas em subemprego ligado ao tempo}) / \text{força de trabalho}] \times 100$ ;
- LU3: Taxa combinada de desemprego e força de trabalho potencial:  $[(\text{pessoas em desemprego} + \text{força de trabalho potencial}) / (\text{força de trabalho ampliada})] \times 100$ ;
- LU4: Taxa composta de subutilização do trabalho:  $[(\text{pessoas em desemprego} + \text{pessoas em subemprego ligado ao tempo} + \text{força de trabalho potencial}) / (\text{força de trabalho ampliada})] \times 100$ .

Assim, em 2018, a taxa de desemprego (LU1) era de 9,2%, a taxa de desemprego mais subemprego (LU2) era de 16,6%; a taxa de desemprego mais força de trabalho potencial era de 12,2%; e finalmente a taxa de subutilização<sup>4</sup> do trabalho (LU4) era de 19,5% (Tabela 14).

**Gráfico 8. Evolução do desemprego por nível educacional na França, 2000-2017 (%)**



Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

**Tabela 14. Taxas de desemprego na França, 2018**

(em %)

| Sexo e idade  | 15 ou mais | 15 a 24    |
|---|------------|------------|
|   | Total      | 9,2        |
| Homem   | 9,1        | 21,6       |
| Mulher  | 9,2        | 20,1       |
| Indicador   |            | 15 ou mais |
| Desemprego (LU1)  |            | 9,2        |
| Desemprego mais Subemprego (LU2)                          |            | 16,6       |
| Desemprego mais Força de Trabalho Potencial (LU3)         |            | 12,2       |
| Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho (LU4) |            | 19,5       |

Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

<sup>4</sup> Segundo a OIT, a subutilização do trabalho refere-se aos desajustes entre oferta e demanda de trabalho, que se traduzem em uma necessidade não atendida de emprego entre a população.

### 3.2. Estrutura de emprego

As principais características e tendências da estrutura de emprego na França no período pós crise internacional seriam: a) crescente importância das atividades de serviços em detrimento da perda da indústria; b) melhoria no nível educacional das pessoas ocupadas, com incremento de participação de pessoas com nível avançado, em contrapartida à queda do nível básico, mas ainda com predomínio de pessoas ocupadas com nível intermediário; c) elevação da participação das mulheres, embora ainda a maioria seja de homens; e d) pequena queda de participação dos jovens (15 a 24 anos) no total de empregos, no período 2010-2016, com reversão de tendência no último biênio 2017-2018.

Como analisado, a França criou 3,9 milhões de empregos desde início dos anos 1990, o que não foi suficiente para cobrir o crescimento da força de trabalho de 4,3 milhões de pessoas (Tabela 15). A geração de empregos foi muita intensa na década anterior até a eclosão da crise (2,9 milhões de empregos), superando a variação da força de trabalho (2,2 milhões). Depois da crise houve uma forte desaceleração na geração de empregos, com a geração líquida de apenas 480 mil empregos entre 2010 e 2018. A geração de empregos no período ficou abaixo da variação na força de trabalho (670 mil pessoas).

No período 2009-2018, os novos empregos gerados concentraram-se nas atividades de serviços (1,1 milhão). Já o setor industrial eliminou 540 mil empregos (1,3 milhão de empregos desde 1990). A agricultura também reduziu 76 mil empregos (540 mil desde 1991) (Tabela 15).

**Tabela 15. Variação absoluta nos empregos por atividade econômica na França, 1991-2018**  
(em milhares)

| Setor de atividade | Variação absoluta 1999-1991 | Variação absoluta 2009-2000 | Variação absoluta 2018-2009 | Variação absoluta 2018-1991 |
|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Total              | 522                         | 2.921                       | 479                         | 3.922                       |
| Agricultura        | -234                        | -231                        | -76                         | -541                        |
| Indústria          | -533                        | -213                        | -538                        | -1.284                      |
| Serviços           | 1.289                       | 3.365                       | 1.094                       | 5.748                       |

Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

A distribuição do emprego por nível de educação aponta uma mudança importante na estrutura de emprego francesa. As pessoas com nível intermediário mantiveram sua participação em torno de 44% do emprego total nos períodos pré e pós crise internacional. Entre 2010 e 2018, foram criados 360 mil empregos de nível intermediário, o que correspondeu a 25% do total de empregos gerados no período (Tabelas 16 e 17).

**Tabela 16. Distribuição do emprego por nível educacional, 2000-2018**  
(em %)

| Nível educacional | Participação Média 2000-2009 | Participação Média 2010-2018 | Participação Média 2018-2000 |
|-------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Total             | 100,0                        | 100,0                        | 100,0                        |
| Menos que básico  | 0,5                          | 0,8                          | 0,7                          |
| Básico            | 26,5                         | 17,5                         | 22,2                         |
| Intermediário     | 44,6                         | 44,2                         | 44,4                         |
| Avançado          | 28,5                         | 37,3                         | 32,6                         |

Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

**Tabela 17. Variação absoluta e relativa do emprego por nível educacional, 2000-2018**

| Nível educacional | (em milhares)                  |                                |                                |
|-------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
|                   | Variação absoluta<br>2009-2000 | Variação absoluta<br>2018-2010 | Variação absoluta<br>2018-2000 |
| Total             | 2.551                          | 1.448                          | 3.999                          |
| Menos que básico  | 126                            | 143                            | 269                            |
| Básico            | -1.076                         | -2.102                         | -3.178                         |
| Intermediário     | 1.082                          | 362                            | 1.444                          |
| Avançado          | 2.420                          | 2.958                          | 5.378                          |

Fonte: ILO. Elaboração dos autores.

Com relação ao emprego de pessoas com nível básico, houve uma forte redução na participação na estrutura de emprego, que caiu de uma média de 26,5% nos anos 2000 para 17,5% no período pós crise financeira internacional. Entre 2010 e 2018, foram eliminados 2,1 milhões de empregos de pessoas com nível básico. Por outro lado, foram gerados três milhões de empregos para pessoas com nível avançado, que saltaram de uma participação média de 28,5% nos anos 2000, para 37,3% do total de emprego no período 2010-2018. Em 2018, o emprego de nível avançado atingiu o patamar de 41,4% contra 43,4% do nível intermediário.

### 3.3. Rendimento, salários e produtividade

Os indicadores de participação dos salários no valor agregado total, de nível e evolução do salário médio e do salário mínimo e de distribuição dos salários posicionam muito bem a França em relação às demais economias avançadas. Por outro lado, a evolução da produtividade francesa, medida pela relação entre o valor agregado total ou manufatureiro e as pessoas ocupadas e/ou horas trabalhadas, acompanhou de perto a dos países avançados (exceções dos EUA e da Alemanha). Com isso, o custo unitário do trabalho na França também cresceu acima da média das economias avançadas, o que alimentou o argumento liberal da necessidade de maior flexibilização do mercado de trabalho e de busca de eficiência produtiva e redução de custo salarial.

O salário médio<sup>5</sup> da França (US\$ 36,3 mil) era 10% superior ao da média da OCDE (US\$ 32,8 mil) em 2000 (Tabela 18). Durante o período expansivo de 2000 a 2008, a taxa de crescimento do salário médio francês (12,1%) foi menor que o da média da OCDE (14,2%), ainda assim ficou em um patamar acima do salário médio da OCDE em 2009 (US\$ 40,7 mil contra US\$ 37,5 mil), embora abaixo do salário médio alemão (US\$ 42,7 mil) e dos EUA (US\$ 57,7 mil) naquele ano. No período posterior à crise financeira, de 2010 a 2017, a taxa de crescimento do salário médio francês (7,4%) desacelerou, mas cresceu pouco acima da média da OCDE (6,1%) e atingiu o patamar de US\$ 43,7 mil (contra US\$ 39,8 da OCDE). Cabe destacar que, apesar do bom desempenho, o salário médio francês permaneceu ainda muito abaixo dos salários médios alemão (US\$ 47,9 mil) e norte-americano (US\$ 60,5 mil) (Tabela 18 e Gráfico 9).

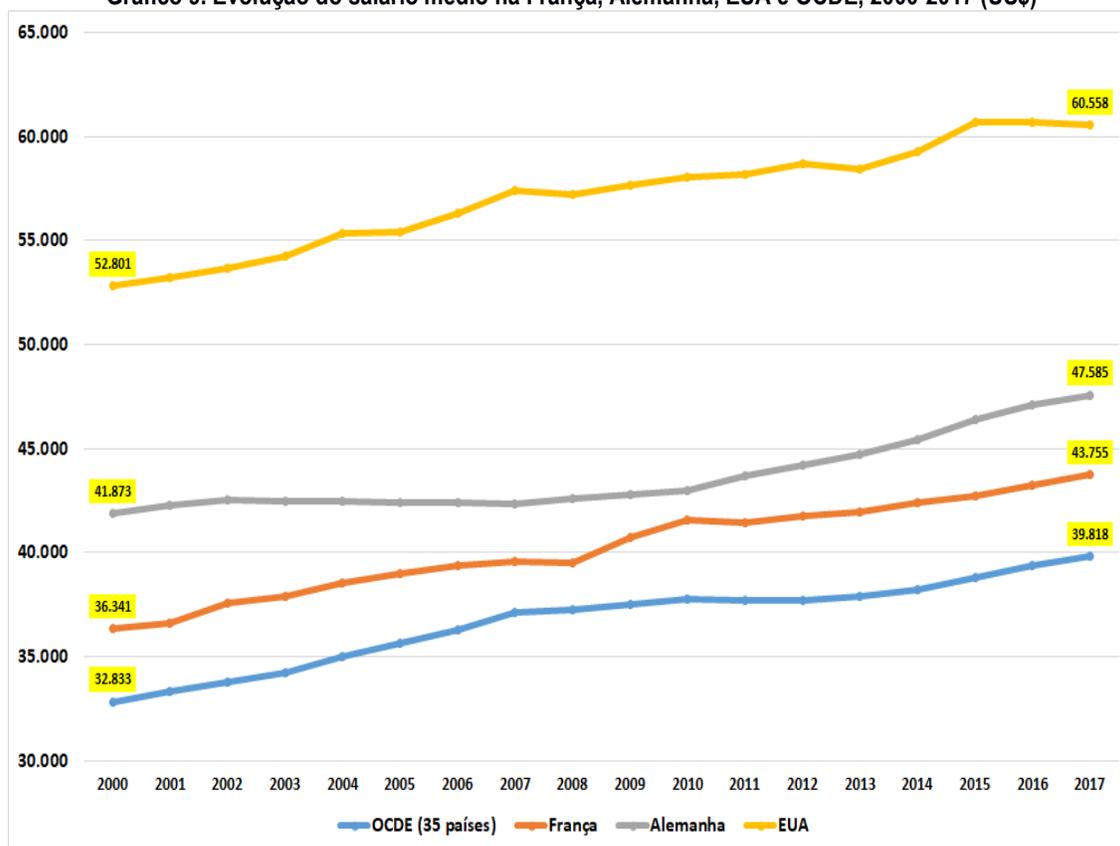
<sup>5</sup> O indicador de salário médio é obtido pela divisão da massa salarial total do país, fornecida pelas contas nacionais, pelo número médio de empregados no total da economia. O resultado é multiplicado pela razão entre a média de horas semanais por empregado em tempo integral e a média semanal de horas semanais para todos os funcionários. O indicador é medido a preços constantes em dólares para o ano base de 2017 e a paridade de poder de compra (PPC) do consumo privado do mesmo ano.

**Tabela 18. Taxa de crescimento acumulada e valor do salário médio na França, 2000-2017**

| País        | (em US\$ e em %)             |                              |                              | Valor em US\$ (*) 2000 | Valor em US\$ (*) 2009 | Valor em US\$ (*) 2017 |
|-------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
|             | Taxa (%) Acumulada 2009-2000 | Taxa (%) Acumulada 2017-2010 | Taxa (%) Acumulada 2017-2000 |                        |                        |                        |
| França      | 12,1                         | 7,4                          | 20,4                         | 36.341                 | 40.732                 | 43.755                 |
| Alemanha    | 2,2                          | 11,2                         | 13,6                         | 41.873                 | 42.779                 | 47.585                 |
| EUA         | 9,3                          | 5,0                          | 14,7                         | 52.801                 | 57.687                 | 60.558                 |
| Reino Unido | 16,7                         | -1,6                         | 14,8                         | 38.110                 | 44.465                 | 43.732                 |
| Média OCDE  | 14,2                         | 6,1                          | 21,3                         | 32.833                 | 37.511                 | 39.818                 |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

(\*) Valor constante a preços de 2017 em US\$ por paridade do poder de compra (PPC).

**Gráfico 9. Evolução do salário médio na França, Alemanha, EUA e OCDE, 2000-2017 (US\$)**

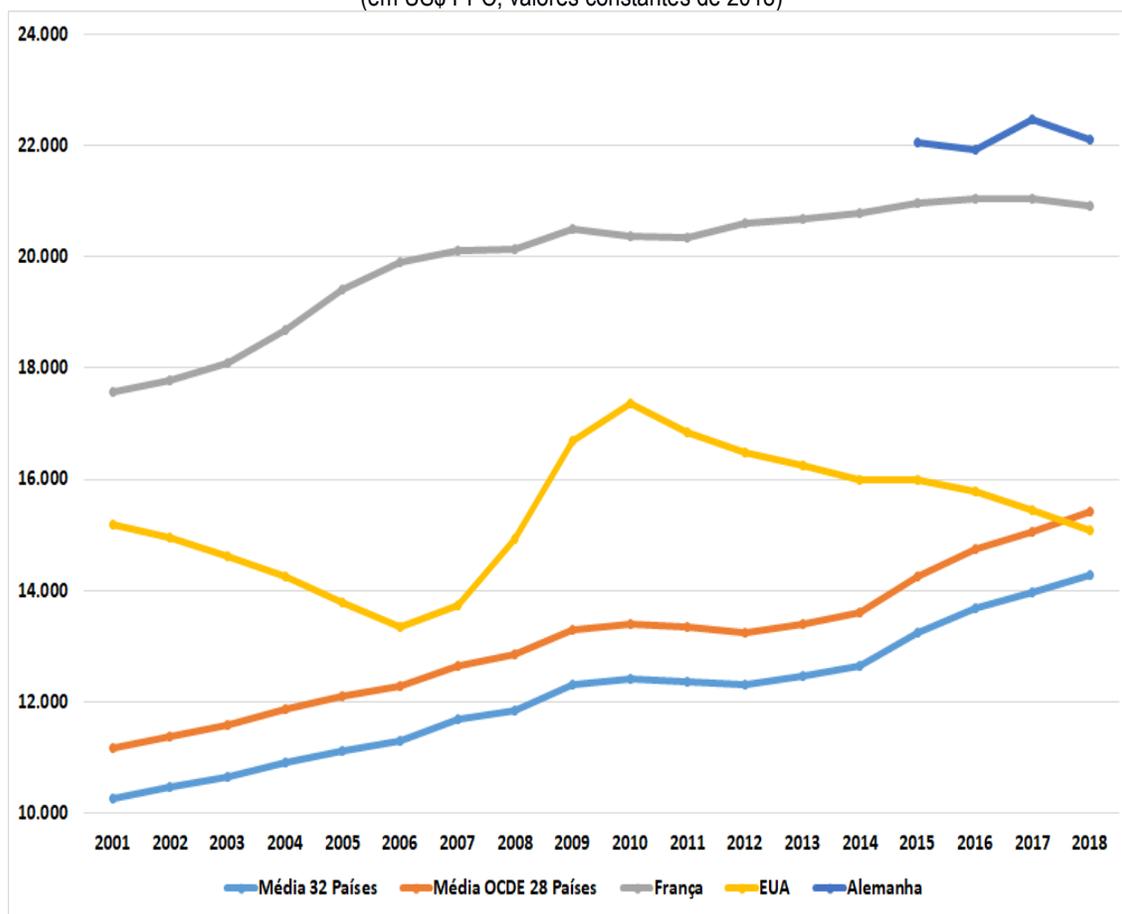
Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

O salário mínimo é outro indicador importante para a análise referente aos rendimentos do trabalho. A OCDE calcula o indicador de salário mínimo anual<sup>6</sup> para 28 países da OCDE e mais quatro países não-membros. O salário mínimo francês destaca-se como um dos mais elevados dentro dos países avançados (Gráfico 10). Em 2000, o salário mínimo na França era de US\$ 17,1 mil contra US\$ 11,1 mil na

<sup>6</sup> O salário mínimo anual a preços constantes de 2018 é calculado a partir dos valores nominais dos salários anuais que são deflacionados pelos índices nacionais de preços ao consumidor (IPC). Os valores depois são convertidos em uma unidade monetária comum usando as taxas de câmbio em US\$ ou a Paridade de Poder de Compra (PPC) em dólares para despesas de consumo privado.

média da OCDE. No período de expansão econômica, o salário mínimo francês cresceu 16,7%, acompanhando de perto a taxa média dos países da OCDE (19,2%), o que o manteve em um patamar um pouco maior que 50% (US\$ 20,3 mil contra US\$ 13,4 mil). No período 2010-2018 houve uma forte desaceleração na evolução do salário mínimo francês (apenas 2%), contra uma expansão média na OCDE de 15,8%. Ainda assim, o salário mínimo francês (US\$ 20,9 mil) ficou em um patamar 35% superior ao da média da OCDE (US\$ 15,4 mil) e ligeiramente inferior ao da Alemanha (US\$ 22,1 mil). Cabe destacar a forte queda de -9,7% do salário mínimo dos EUA depois da crise financeira (de US\$ 17,3 mil em 2010 para US\$ 15,1 mil em 2018), ficando abaixo da média dos países da OCDE (Gráfico 10).

**Gráfico 10. Evolução do salário mínimo anual na França, Alemanha, EUA e OCDE, 2001-2018**  
(em US\$ PPC, valores constantes de 2018)

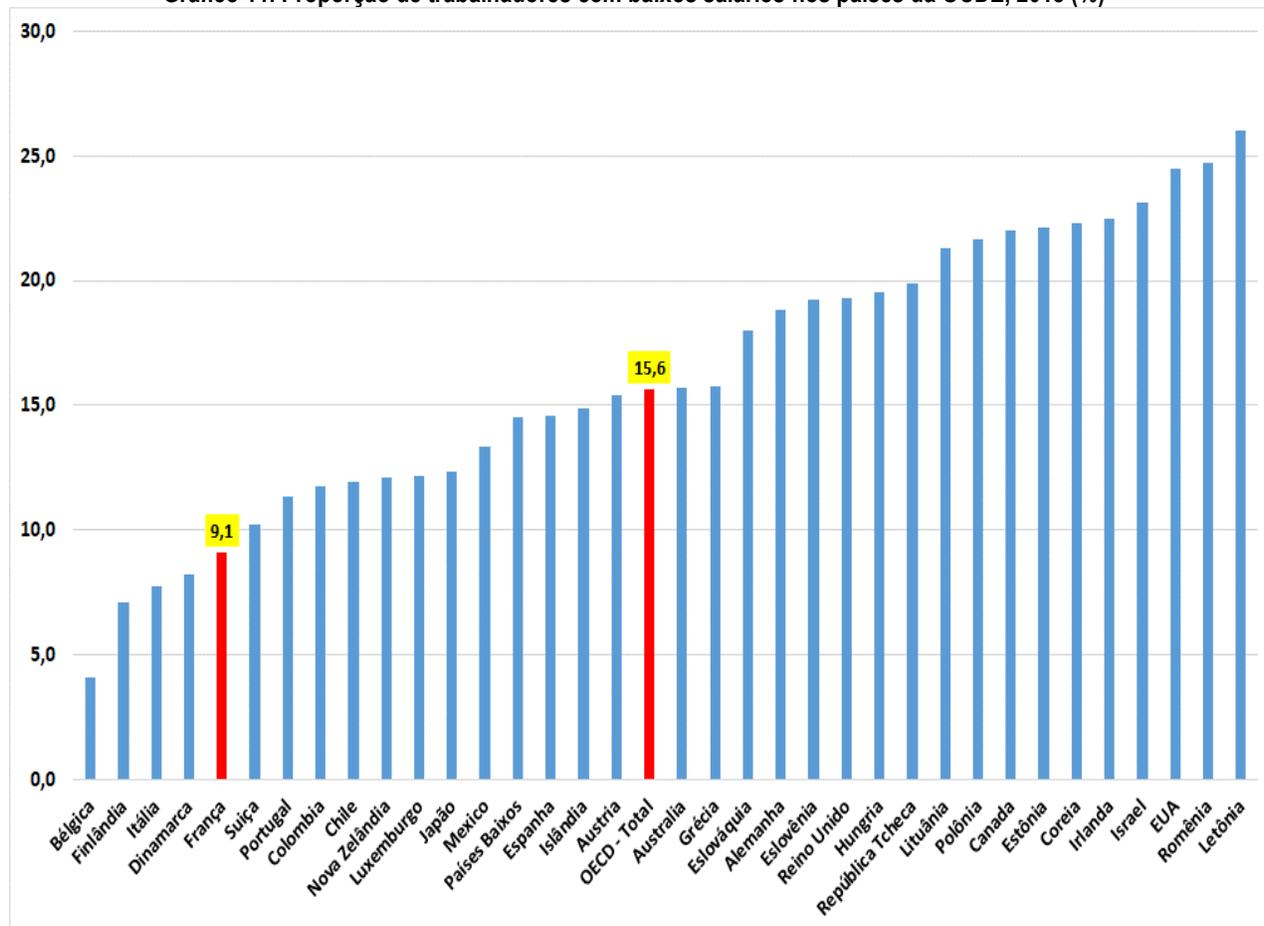


Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

Um indicador salarial relevante construído pela OCDE se refere à distribuição por níveis salariais para avaliar a proporção de trabalhadores com altos e baixos salários. A participação relativa de trabalhadores com baixos salários corresponde à parcela daqueles que ganham menos de dois terços (2/3) do salário médio. A incidência de trabalhadores com salários altos refere-se à parcela dos que ganham mais de uma vez e meia (1,5) o salário médio da economia. Os dados consideram os empregados em tempo integral. Quanto menor o peso da baixa renda, melhor tende a ser a distribuição salarial. A França tem uma baixa desigualdade salarial, comparando com outros países desenvolvidos, e

uma baixa proporção de trabalhadores de baixos salários: em 2018, apenas 9,1%, contra a média de 15,6% da OCDE, de 18,9% da Alemanha e de 24,5% dos EUA (Gráfico 11).

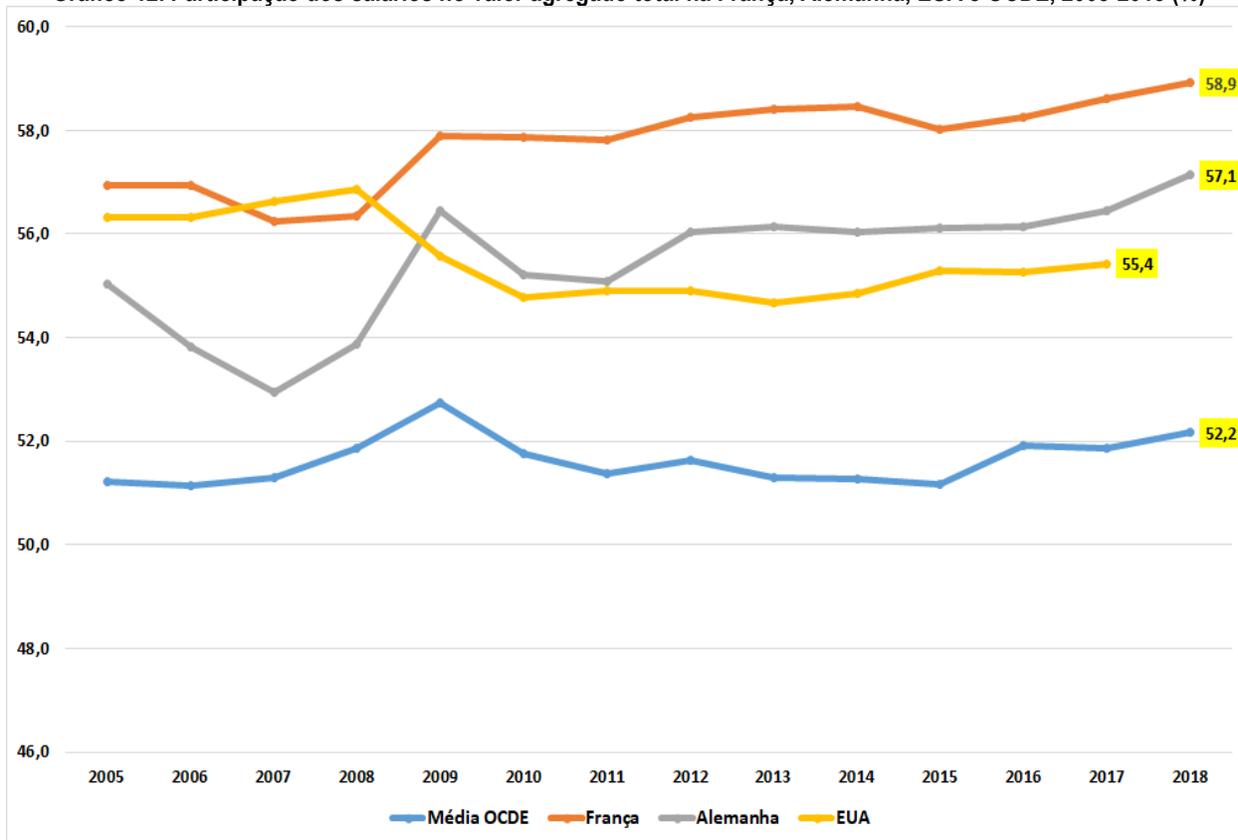
**Gráfico 11. Proporção de trabalhadores com baixos salários nos países da OCDE, 2018 (%)**



Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

Outro indicador importante é a participação da massa salarial (incluindo as contribuições sociais) no valor agregado total da economia. A participação dos salários na França, no período 2005-2018, foi sempre superior à da média da OCDE (Gráfico 12). Cabe destacar que o indicador foi crescente no período 2011-2018, com exceção de 2014, atingindo a participação de 58,9% em 2018. Nesse ano, a França ficou atrás apenas de Dinamarca e Suíça.

A OCDE constrói vários indicadores de produtividade para a economia em geral ou desagregados para setores de atividades. A produtividade é uma relação entre produção e fator e/ou tempo de produção, assim expressa um indicador de eficiência produtiva. Para a análise optamos pelo indicador que utiliza no numerador o valor agregado (em termo reais) e no denominador duas diferentes medidas, o pessoal ocupado e as horas trabalhadas (Tabelas 19, 20, 21 e 22). Como as horas trabalhadas se ajustam mais rapidamente ao nível de produção, a tendência é que expressem maior eficiência. No entanto, a ideia não é a comparação entre indicadores, mas entre países para um mesmo indicador (metodologia). Do mesmo modo não faz sentido a comparação entre setores, mas de um mesmo setor entre diferentes economias ou grupos de países e entre períodos diferentes.

**Gráfico 12. Participação dos salários no valor agregado total na França, Alemanha, EUA e OCDE, 2005-2018 (%)**

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

Com relação à evolução da produtividade medida pelo valor agregado total e o pessoal ocupado, observa-se um relativo incremento da taxa no período pós-crise financeira de menor crescimento econômico em função do ajuste mais que proporcional no nível de emprego (Tabela 19). A exceção aqui foram os EUA que tiveram um elevado ganho de produtividade no período expansivo de 2000 a 2008. A França teve um incremento de produtividade da economia de 6,6% no primeiro período e de 7,4% no segundo. Nos dois períodos não há discrepâncias importantes com relação ao desempenho da média dos demais países europeus (Tabela 19).

O indicador produtividade medida pelo valor agregado total e o pessoal ocupado na Manufatura também apresenta taxas mais elevadas no segundo período (pós-crise) em relação ao período expansivo (2000-2008) (Tabela 21). Apesar da desaceleração no valor agregado manufatureiro no período pós-crise financeira, o ajuste no emprego industrial foi muito mais intenso, o que provocou ganhos significativos de eficiência produtiva. A manufatura dos EUA repete a tendência observada para o restante da economia, com forte incremento da produtividade no período expansivo (2000 a 2008), mas com forte queda na taxa no período posterior. A manufatura francesa apresentou uma taxa de crescimento de produtividade muito superior à da média europeia no período expansivo (22,8% contra 13,2%), mas apresentou um incremento menor que o da média europeia no segundo período (25% contra 30,5%) (Tabela 21).

Cabe destacar a tendência oposta da manufatura alemã com relação à dos EUA. Com um aumento muito baixo no período expansivo (apenas 1,7%), a manufatura alemã teve um incremento de produtividade de 37,7% no segundo período, em função sobretudo do ótimo desempenho do valor

agregado manufatureiro (Tabela 21). Como visto, a Alemanha liderou o índice de competitividade industrial no período 2010 a 2018, ampliou o indicador de grau de industrialização (valor agregado manufatureiro no PIB) e ganhou participação no valor agregado dos países avançados, embora não no cenário internacional, por causa da China.

**Tabela 19. Taxa de crescimento da produtividade (valor agregado total por pessoal ocupado), 2000-2018**  
(%)

| Região e país              | Acumulado<br>2009-2000 | Acumulado<br>2018-2010 | Acumulado<br>2018-2000 |
|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| França                     | 6,6                    | 7,4                    | 14,6                   |
| Área do Euro (19 países)   | 3,6                    | 8,3                    | 12,1                   |
| União Europeia (28 países) | 6,9                    | 9,7                    | 17,3                   |
| Alemanha                   | 4,0                    | 9,4                    | 13,7                   |
| EUA                        | 12,6                   | 6,7                    | 20,1                   |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

**Tabela 20. Taxa de crescimento da produtividade (valor agregado total por horas trabalhadas), 2000-2018**  
(%)

| Região e país              | Acumulado<br>2009-2000 | Acumulado<br>2018-2010 | Acumulado<br>2018-2000 |
|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| França                     | 8,5                    | 10,1                   | 19,5                   |
| Área do Euro (19 países)   | 7,2                    | 10,0                   | 17,9                   |
| União Europeia (28 países) | 10,0                   | 11,5                   | 22,6                   |
| Alemanha                   | 9,9                    | 10,3                   | 21,2                   |
| EUA (2017)                 | 20,3                   | 4,1                    | 25,2                   |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

**Tabela 21. Taxa de crescimento da produtividade na manufatura (valor agregado por pessoal ocupado), 2000-2018**  
(%)

| Região e país              | Acumulado<br>2009-2000 | Acumulado<br>2018-2010 | Acumulado<br>2018-2000 |
|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| França                     | 22,8                   | 25,0                   | 53,6                   |
| Área do Euro (19 países)   | 9,4                    | 35,0                   | 47,7                   |
| União Europeia (28 países) | 13,2                   | 30,5                   | 47,8                   |
| Alemanha                   | 1,7                    | 37,7                   | 40,1                   |
| EUA                        | 50,6                   | 2,8                    | 54,9                   |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

**Tabela 22. Taxa de crescimento da produtividade na manufatura (valor agregado por horas trabalhadas), 2000-2018**  
(%)

| Região e país              | Acumulado<br>2009-2000 | Acumulado<br>2018-2010 | Acumulado<br>2018-2000 |
|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| França                     | 26,8                   | 25,3                   | 58,9                   |
| Área do Euro (19 países)   | 15,5                   | 32,4                   | 52,9                   |
| União Europeia (28 países) | 17,9                   | 29,2                   | 52,4                   |
| Alemanha                   | 9,6                    | 31,4                   | 44,0                   |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

A partir de indicadores de salário médio (remuneração do trabalho por empregado ou hora trabalhada) e de produtividade do trabalho (produção ou valor adicionado por empregado ou hora trabalhada) é possível construir um indicador do custo unitário do trabalho (ICut). O indicador expressaria a relação entre custo médio do trabalho por unidade de produção, ou ainda, remuneração média e a produtividade do trabalho, como poder ser observado na seguinte equação:

ICut = A/B, onde

A = remuneração do trabalho por hora trabalhada e

B = produção por hora trabalhada

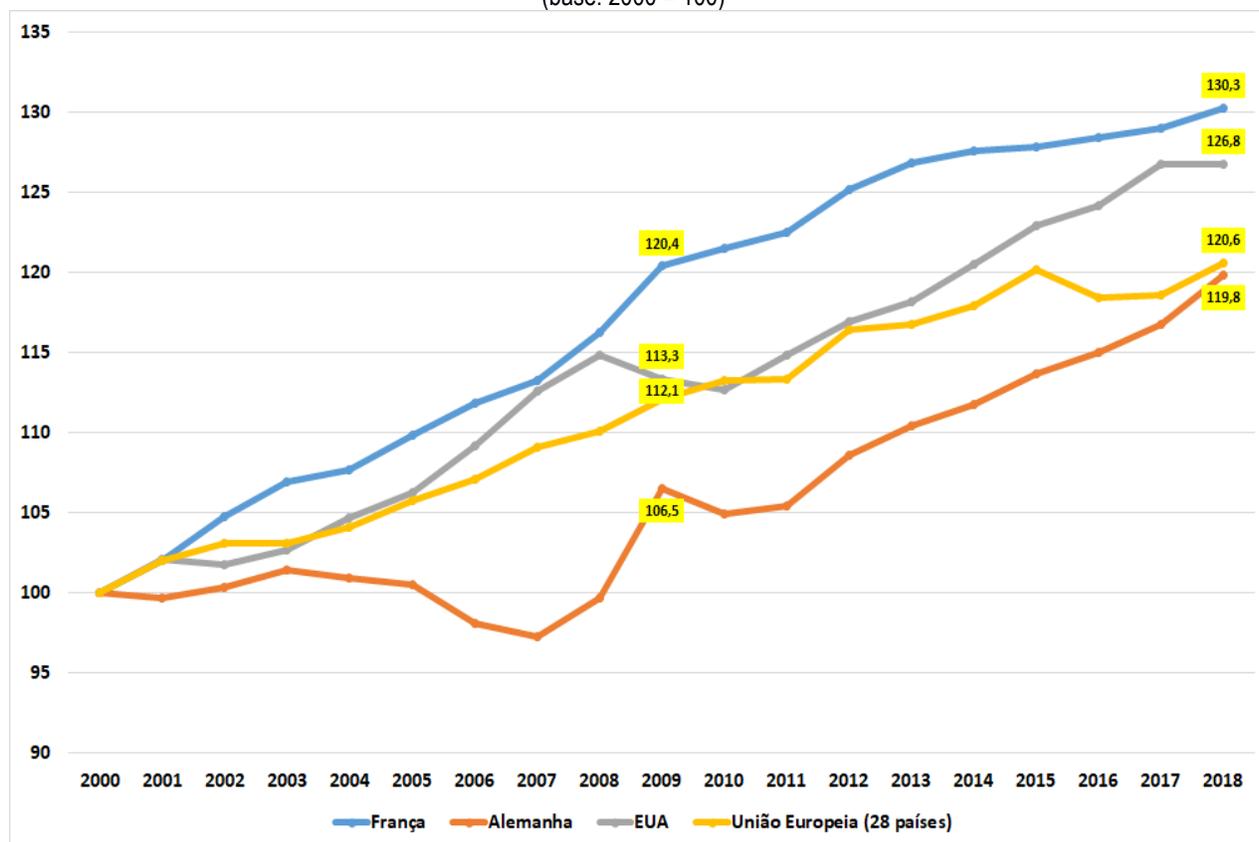
O indicador de custo unitário do trabalho é bastante utilizado como indicador de competitividade internacional. Quanto menor o ICut, menor é o preço relativo de um bem ou serviço e, portanto, maior a competitividade.

**Tabela 23. Taxa de crescimento do custo unitário do trabalho na França, Alemanha, EUA e União Europeia, 2000-2018**  
(em %)

| Região e país              | Acumulado<br>2009-2000<br>(%) | Acumulado<br>2018-2010<br>(%) | Acumulado<br>2018-2000<br>(%) |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| França                     | 20,4                          | 8,2                           | 30,3                          |
| Alemanha                   | 6,5                           | 12,5                          | 19,8                          |
| EUA                        | 13,3                          | 11,8                          | 26,8                          |
| União Europeia (28 países) | 12,1                          | 7,6                           | 20,6                          |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

**Gráfico 13. Evolução do custo unitário do trabalho na França, Alemanha, EUA e União Europeia, 2000-2018**  
(base: 2000 = 100)



Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

O custo unitário do trabalho cresceu muito mais na França do que na média da União Europeia, no período expansivo (20,4% contra 12,1%) (Tabela 23 e Gráfico 13). O aumento se deveu

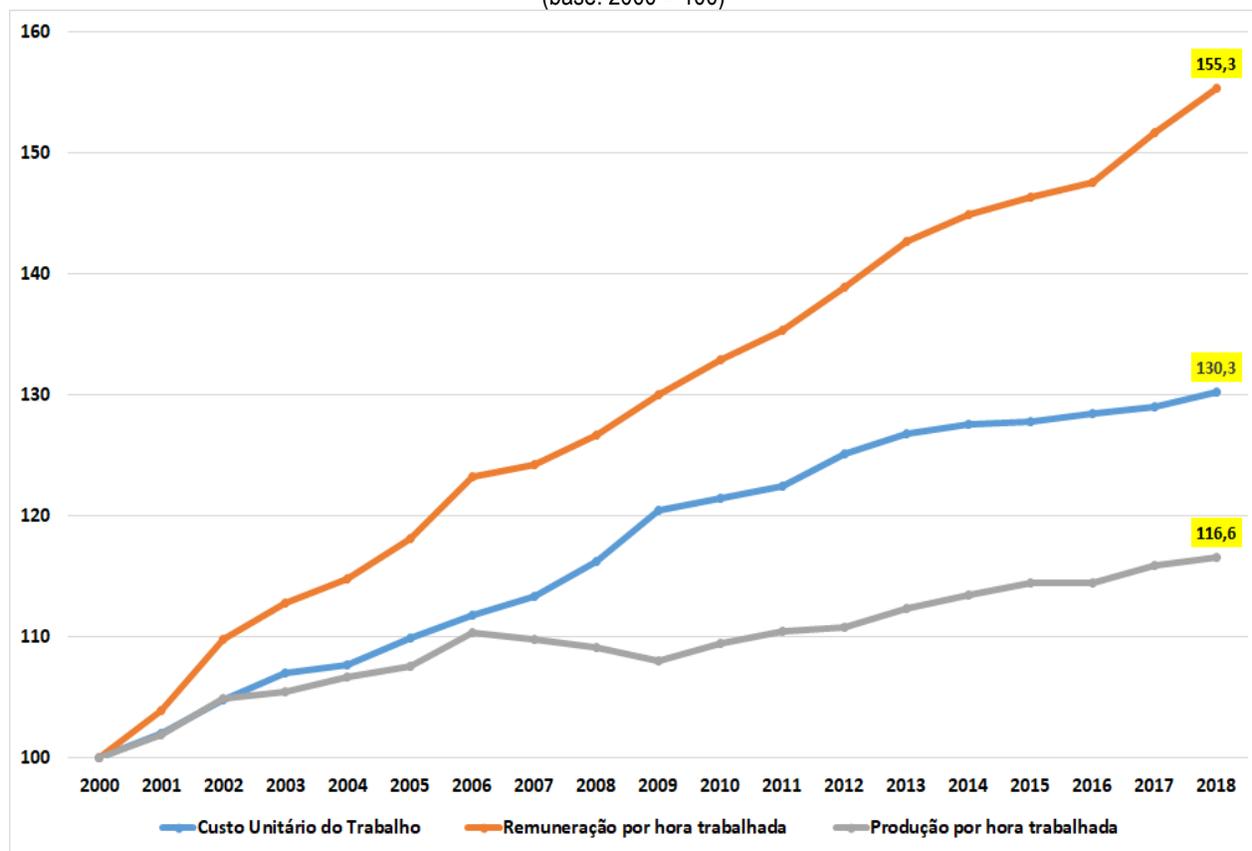
ao crescimento do rendimento médio do trabalho (30%) muito acima da produtividade do trabalho (8%) (Tabela 24 e Gráfico 14). Já no período posterior à crise financeira, o incremento do custo unitário do trabalho francês desacelerou (8,2%) e acompanhou o crescimento na União Europeia (7,6%) (Tabela 23 e Gráfico 13). A desaceleração se deveu ao menor crescimento do salário médio (19,5%), enquanto a produtividade do trabalho manteve seu crescimento (8%) (Tabela 24 e Gráfico 14). No acumulado de 2000 a 2018, o CUT francês (30,3%) superou ao da União Europeia (20,6%) e dos países avançados. A título de comparação, no mesmo período o incremento do CUT alemão foi de 19,8% e dos EUA de 26,8% (Tabela 23 e Gráfico 13).

**Tabela 24. Taxa de crescimento do custo unitário do trabalho, da remuneração por hora trabalhada e da produção por hora trabalhada na França, 2000-2018**

| Indicador                       | (em %)                 |                        |                        |
|---------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
|                                 | Acumulado<br>2009-2000 | Acumulado<br>2018-2010 | Acumulado<br>2018-2000 |
| Custo unitário do trabalho      | 20,4                   | 8,2                    | 30,3                   |
| Remuneração por hora trabalhada | 30,0                   | 19,5                   | 55,3                   |
| Produção por hora trabalhada    | 8,0                    | 8,0                    | 16,6                   |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

**Gráfico 14. Evolução do custo unitário do trabalho, da remuneração/hora e da produção/hora na França, 2000-2018**  
(base: 2000 = 100)



Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

A evolução dos indicadores de salário, produtividade e custo unitário do trabalho na França tem sido utilizada como argumento para a reforma trabalhista. Na visão liberal o país estaria perdendo competitividade frente às demais economias por conta dos elevados custos da mão de obra, o que teria impactos negativos sobre as exportações e os investimentos e, portanto, sobre o crescimento econômico. Na perspectiva adotada nesse artigo, a maior flexibilização do mercado de trabalho e as reformas propostas para a redução do custo de trabalho, tratadas na quinta seção, poderão gerar o efeito oposto ao pretendido. O argumento do salário apenas como custo de produção é uma visão muito restrita. Para a economia, salário é poder aquisitivo e massa salarial é consumo. A precarização das condições de trabalho e redução de salários, ou piora na distribuição dos salários, ainda que com menor taxa de desemprego, além de socialmente injustas, poderão ter impactos negativos sobre o nível e padrão de vida, de consumo e de produção e, portanto, sobre o próprio investimento. Sobretudo se essas medidas vierem acompanhadas de redução de gastos sociais e de fragilização do sistema de proteção social. O resultado final poderá ser uma economia com baixo crescimento e maior concentração de renda, embora com menor desemprego.

#### 4. Evolução e estrutura das receitas e despesas públicas e dos gastos sociais

A crise financeira internacional provocou um forte aumento no déficit e na dívida pública das economias avançadas em função da queda de receita e aumento mais que proporcional dos gastos públicos com políticas anticíclicas e de ajuda aos grupos sociais e setores econômicos em dificuldade, sobretudo o financeiro.

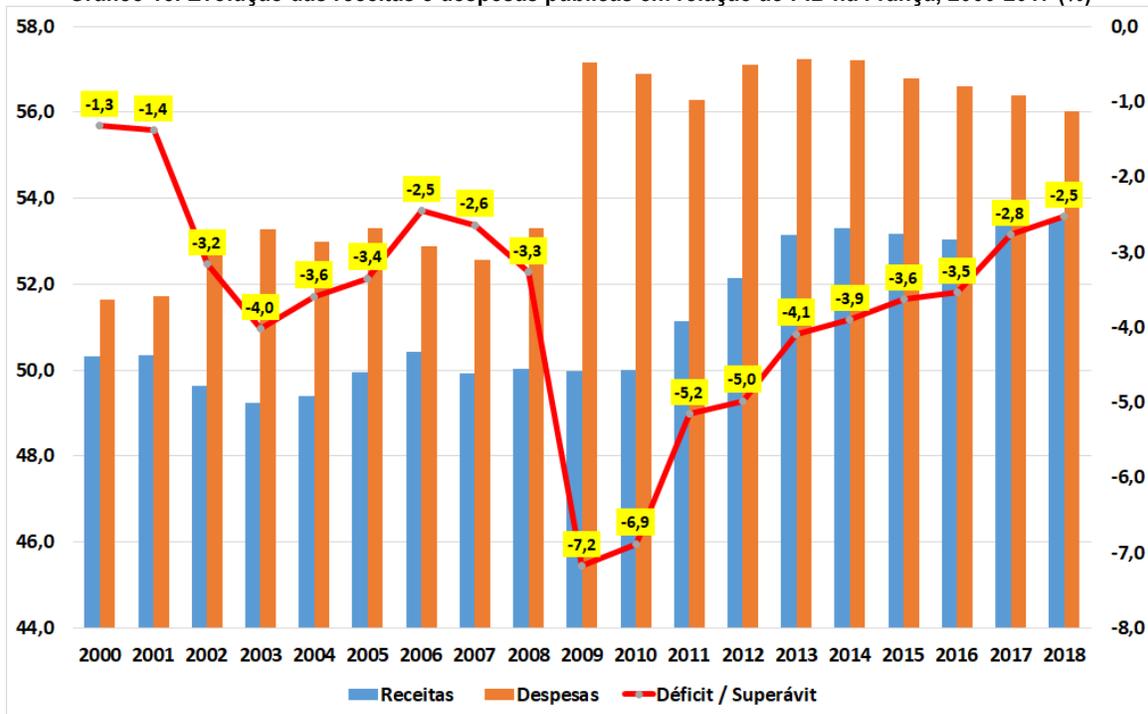
Na França não foi diferente, o impacto da crise financeira sobre as contas públicas foi bastante acentuado (gráfico 15). O déficit público (receita menos despesa) saltou de uma média de -2,8% no período 2000-2008 para -5,7% no quinquênio 2009-2013 e recuou para -3,3% no quinquênio 2014-2018. Em 2009, no auge da crise financeira, o déficit atingiu -7,2%. Desde então vem se reduzindo ano a ano, até atingir o patamar de -2,5% em 2018, que é bem próximo ao patamar observado nos anos anteriores à crise financeira (Gráfico 15).

Apesar da queda do déficit a partir de 2009, a dívida pública na França atingiu 120,8% do PIB em 2018, o que representa um crescimento de quase 50% em relação à dívida de 82,5% de 2008. A dívida pública francesa só foi superada pela do Japão, Grécia, Itália, Portugal, EUA e Bélgica em 2018 (Gráfico 16).

As três principais fontes de receitas públicas com impostos na França são as contribuições para a seguridade social, os impostos sobre bens e serviços e a tributação sobre o capital (renda, lucro e ganhos de capital). Juntos representaram mais de 4/5 das receitas com impostos.

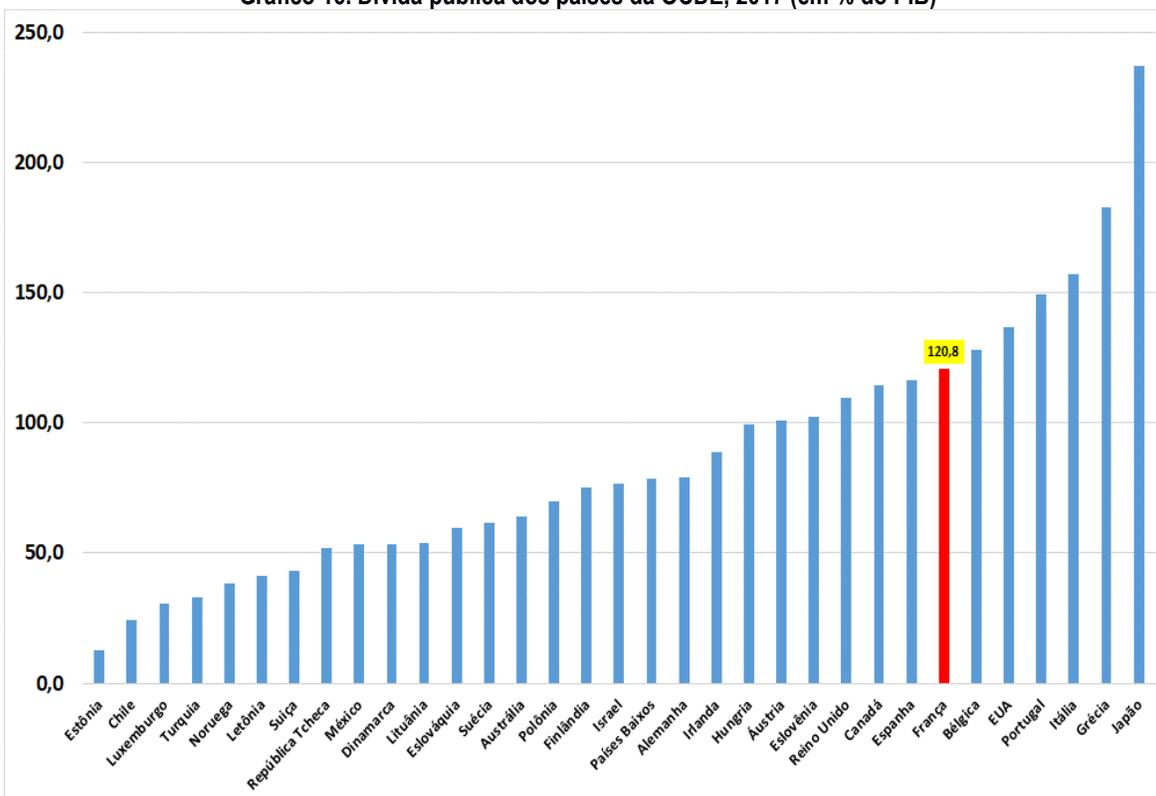
A redução do déficit no período recessivo de 2009-2014 foi determinada pela elevação de receitas superior à das despesas, enquanto no período de recuperação e de expansão de 2015-2018 a redução do déficit foi em função muito mais da queda das despesas, sobretudo dos gastos sociais. A relação receitas públicas e PIB cresceu 3,3 pontos percentuais entre 2009 e 2014, saltando de 50% para 53,3% (Tabela 25). Esse aumento de arrecadação foi proporcionado pelas maiores receitas com impostos sobre a produção e importação de bens e serviços (1 p.p.), sobre a renda e a riqueza (0,9 p.p.) e sobre as contribuições sociais (1,4 p.p.). Já no segundo período, as receitas cresceram apenas 0,2 p.p., atingindo 53,5% do PIB. Enquanto as receitas com impostos sobre a produção e importação (0,8 p.p.) e sobre a renda e a riqueza (0,5 p.p.) cresceram, as receitas das contribuições sociais (-1,0 p.p.) decresceram, refletindo o maior desemprego e a redução da contribuição do capital para a seguridade.

Gráfico 15. Evolução das receitas e despesas públicas em relação ao PIB na França, 2000-2017 (%)



Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

Gráfico 16. Dívida pública dos países da OCDE, 2017 (em % do PIB)



Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

**Tabela 25. Receitas públicas totais em relação ao PIB na França, 2000 e 2008-2018**

| Fonte das receitas                   | (em %) |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|--------------------------------------|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                                      | 2000   | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Receitas Públicas Totais             | 50,3   | 50,0 | 50,0 | 50,0 | 51,1 | 52,1 | 53,1 | 53,3 | 53,2 | 53,1 | 53,6 | 53,5 |
| Receitas com Impostos                | 27,7   | 27,0 | 26,0 | 26,3 | 27,3 | 28,2 | 28,9 | 28,9 | 29,0 | 29,0 | 29,7 | 30,4 |
| Impostos sobre produção e importação | 15,4   | 14,7 | 14,9 | 14,7 | 15,1 | 15,3 | 15,5 | 15,7 | 15,8 | 15,9 | 16,2 | 16,5 |
| Impostos sobre renda e riqueza       | 11,8   | 11,9 | 10,7 | 11,2 | 11,7 | 12,4 | 12,9 | 12,8 | 12,7 | 12,5 | 12,8 | 13,3 |
| Impostos sobre capital               | 0,5    | 0,4  | 0,4  | 0,4  | 0,5  | 0,5  | 0,5  | 0,5  | 0,6  | 0,6  | 0,6  | 0,6  |
| Receitas sobre o Capital             | 5,7    | 5,8  | 6,1  | 6,0  | 6,1  | 5,9  | 5,9  | 5,9  | 5,9  | 5,9  | 5,8  | 5,7  |
| Contribuições Sociais                | 17,4   | 17,6 | 18,3 | 18,1 | 18,3 | 18,5 | 18,8 | 19,0 | 18,8 | 18,7 | 18,8 | 18,1 |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

Os ganhos de arrecadação no período recessivo só foram possíveis com maior tributação sobre o capital. A partir de 2014, com a recuperação da economia, a tendência se inverteu. Houve uma menor contribuição relativa das empresas para a arrecadação (tanto na contribuição para a seguridade social quanto na tributação sobre a renda, lucros e ganho de capital) e, em contrapartida, um aumento da contribuição dos trabalhadores para a seguridade social e dos impostos sobre bens e serviços. Importante destacar que os impostos sobre a produção e importação de bens e serviços atingem de forma assimétrica e regressiva a sociedade como um todo, sobretudo quando incidem sobre bens e serviços básicos e essenciais.

A Tabela 26 permite observar que no período 2009-2013, as receitas com impostos cresceram 19,5% puxadas pela maior taxa sobre o capital, que saltou de 20,7% em 2009 para 24,4% do total arrecadado em 2013. Já as contribuições para a seguridade social, principal fonte de receita, cresceram menos que a média das receitas e reduziram sua participação nas receitas totais para 36,9% em 2013 (39,2% em 2009), refletindo a elevação das taxas de desemprego. No período como um todo, a contribuição média dos empregadores representou aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da receita para a seguridade, contra  $\frac{1}{4}$  dos empregados. Por conta da desaceleração econômica, a arrecadação de impostos sobre bens e serviços cresceu apenas 12,6%, bem abaixo da média das receitas, o que reduziu sua participação no total arrecadado de 25,1% para 23,9%.

**Tabela 26. Evolução das receitas públicas com impostos na França, 2009, 2013, 2017**

| Impostos e contribuições                                | 2009        |      | 2013        |      | 2017        |      | Var. 2013-2009 |     | Var. 2017-2013 |  |
|---|-------------|------|-------------|------|-------------|------|----------------|-----|----------------|--|
|   | (€ milhões) | (%)  | (€ milhões) | (%)  | (€ milhões) | (%)  | (%)            | (%) | (%)            |  |
| Total das Receitas com Impostos e Contribuições         | 809.288     | 100  | 966.817     | 100  | 1.066.035   | 100  | 19,5           |     | 10,3           |  |
| Impostos sobre renda, lucro e ganhos de capital         | 167.118     | 20,7 | 235.964     | 24,4 | 251.801     | 23,6 | 41,2           |     | 6,7            |  |
| Indivíduos  | 139.193     | 17,2 | 179.715     | 18,6 | 197.649     | 18,5 | 29,1           |     | 10,0           |  |
| Empresas  | 27.925      | 3,5  | 56.249      | 5,8  | 54.152      | 5,1  | 101,4          |     | -3,7           |  |
| Contribuição para a seguridade social                   | 317.560     | 39,2 | 356.934     | 36,9 | 388.364     | 36,4 | 12,4           |     | 8,8            |  |
| Folha de pagamento: empregados                          | 77.172      | 9,5  | 88.097      | 9,1  | 100.900     | 9,5  | 14,2           |     | 14,5           |  |
| Folha de pagamento: empregadores                        | 215.326     | 26,6 | 240.672     | 24,9 | 259.200     | 24,3 | 11,8           |     | 7,7            |  |
| Autônomos   | 25.062      | 3,1  | 28.165      | 2,9  | 28.264      | 2,7  | 12,4           |     | 0,4            |  |
| Outras taxas e contrib. sobre a F.P. e a força de trab. | 25.676      | 3,2  | 33.595      | 3,5  | 35.739      | 3,4  | 30,8           |     | 6,4            |  |
| Impostos sobre a propriedade                            | 66.801      | 8,3  | 84.209      | 8,7  | 100.978     | 9,5  | 26,1           |     | 19,9           |  |
| Impostos sobre bens e serviços                          | 203.264     | 25,1 | 231.413     | 23,9 | 260.521     | 24,4 | 13,8           |     | 12,6           |  |
| Outras taxas e impostos                                 | 27.408      | 3,4  | 22.860      | 2,4  | 26.724      | 2,5  | -16,6          |     | 16,9           |  |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

No período 2013-2017, de relativa recuperação econômica, a taxa de crescimento da receita com impostos se desacelerou (10,3% contra 19,5% no período 2013-2009). A explicação reside no fato que houve redução da contribuição das empresas para as receitas totais em função das políticas liberais de desoneração do capital. A contribuição do capital (renda, lucro e ganhos de capital) das empresas teve queda absoluta (-3,7%), enquanto a dos indivíduos cresceu (10%). Na mesma linha, a contribuição para a seguridade social por parte dos empregadores cresceu apenas 7,7% contra um aumento de 14,5% dos empregados. Por outro lado, a arrecadação com impostos sobre bens e serviços cresceu de 12,6%, em função da recuperação do nível de atividades, aumentando sua participação no total arrecadado de 23,9% para 24,4%.

**Tabela 27. Despesas públicas desagregadas, em relação ao PIB na França, 2000 e 2008-2018**  
(em %)

| Tipo de despesa                 | 2000 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Despesas Públicas Totais</b> | 51,7 | 53,3 | 57,2 | 56,9 | 56,3 | 57,1 | 57,2 | 57,2 | 56,8 | 56,6 | 56,4 | 56,0 |
| Gastos com salários             | 12,9 | 12,4 | 13,1 | 13,0 | 12,8 | 12,9 | 12,9 | 13,0 | 12,8 | 12,7 | 12,7 | 12,5 |
| Gastos sociais                  | 21,6 | 23,2 | 25,1 | 25,1 | 25,0 | 25,5 | 25,9 | 26,1 | 25,9 | 25,9 | 25,7 | 25,5 |
| Consumo intermediário           | 4,8  | 4,7  | 5,1  | 5,1  | 5,1  | 5,1  | 5,2  | 5,1  | 5,1  | 5,0  | 5,0  | 5,0  |
| Investimento                    | 3,9  | 4,0  | 4,3  | 4,2  | 4,0  | 4,1  | 4,0  | 3,7  | 3,4  | 3,4  | 3,3  | 3,4  |
| Outros                          | 8,4  | 9,2  | 9,6  | 9,5  | 9,4  | 9,6  | 9,3  | 9,4  | 9,6  | 9,6  | 9,7  | 9,7  |
| <b>Despesas por Função</b>      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Serviços Públicos               | 7,9  | 7,3  | 7,3  | 6,9  | 6,9  | 7,0  | 6,9  | 6,6  | 6,3  | 6,2  | 6,0  |      |
| Defesa                          | 1,9  | 1,7  | 1,9  | 1,9  | 1,8  | 1,8  | 1,8  | 1,7  | 1,8  | 1,8  | 1,8  |      |
| Ordem Pública                   | 1,4  | 1,5  | 1,7  | 1,7  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  |      |
| Assuntos econômicos             | 4,7  | 4,5  | 5,0  | 5,2  | 4,9  | 5,2  | 5,1  | 5,4  | 5,7  | 5,5  | 5,9  |      |
| Proteção ambiental              | 0,7  | 0,9  | 1,0  | 1,0  | 1,0  | 1,0  | 1,0  | 1,0  | 1,0  | 1,0  | 1,0  |      |
| Moradia                         | 1,0  | 1,2  | 1,5  | 1,4  | 1,4  | 1,3  | 1,3  | 1,2  | 1,1  | 1,1  | 1,0  |      |
| Saúde                           | 7,0  | 7,5  | 8,0  | 8,0  | 7,9  | 8,0  | 8,1  | 8,2  | 8,1  | 8,1  | 8,0  |      |
| Cultura                         | 1,1  | 1,4  | 1,5  | 1,6  | 1,5  | 1,6  | 1,6  | 1,5  | 1,4  | 1,4  | 1,4  |      |
| Educação                        | 5,6  | 5,4  | 5,7  | 5,6  | 5,5  | 5,5  | 5,5  | 5,5  | 5,5  | 5,5  | 5,4  |      |
| Proteção social                 | 20,4 | 21,9 | 23,7 | 23,7 | 23,7 | 24,2 | 24,5 | 24,5 | 24,3 | 24,5 | 24,3 |      |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

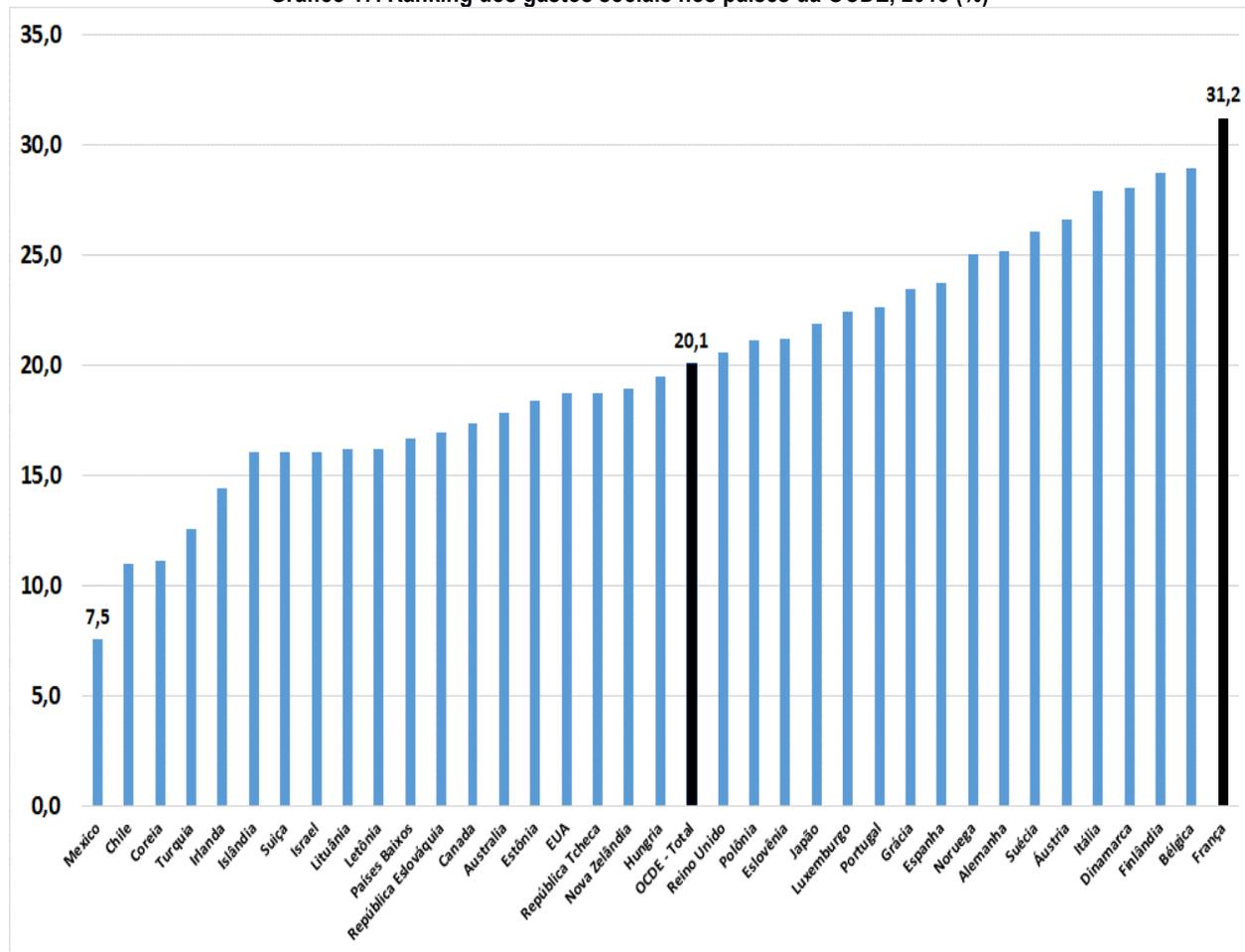
Como analisado anteriormente, as despesas públicas (como proporção do PIB) elevaram-se substancialmente em 2009 (57,2% contra 53,3% em 2008 ou 51,7% em 2000) em função da crise financeira. Depois as despesas mantiveram-se relativamente constantes até 2014 e desde então vêm se reduzindo, embora ainda permaneçam em 2018 em um patamar superior ao do início da crise. Os movimentos de alta e de queda das despesas podem ser explicados basicamente pela evolução dos gastos sociais. No período recessivo houve um aumento importante dos gastos sociais e, em particular, dos gastos com proteção social. Esse aumento foi financiado, como visto, por um aumento da tributação sobre o capital. No período mais recente de recuperação econômica, há uma tendência de redução dos gastos sociais e uma decrescente participação do capital no financiamento desses gastos. Cabe destacar também a redução dos investimentos e serviços públicos no período analisado (Tabela 27).

A França tem um abrangente sistema de proteção social. Os gastos sociais<sup>7</sup> (desemprego, pensão, benefícios às famílias, moradia, incapacidade relativa, políticas para o mercado de trabalho,

<sup>7</sup> Segundo definição da OCDE, os gastos sociais abarcam pagamentos em dinheiro, fornecimento direto de bens e serviços e isenções fiscais com fins sociais. Os benefícios podem ser direcionados a famílias de baixa renda, idosos, pessoas com deficiência, doentes, desempregados ou jovens. Para serem considerados "sociais", os programas devem envolver a redistribuição de recursos entre as famílias ou a participação compulsória. Os benefícios sociais são classificados como públicos quando as administrações públicas (que são os governos central, estadual e local, incluindo os fundos de seguridade social) controlam os fluxos financeiros relevantes.

entre outros) corresponderam a 31,2% do PIB em 2018 pela metodologia da OCDE. Como pode ser observado no Gráfico 17, a França ocupava a primeira posição na relação entre gastos sociais e PIB dentre os países da OCDE (média de 20,1%).

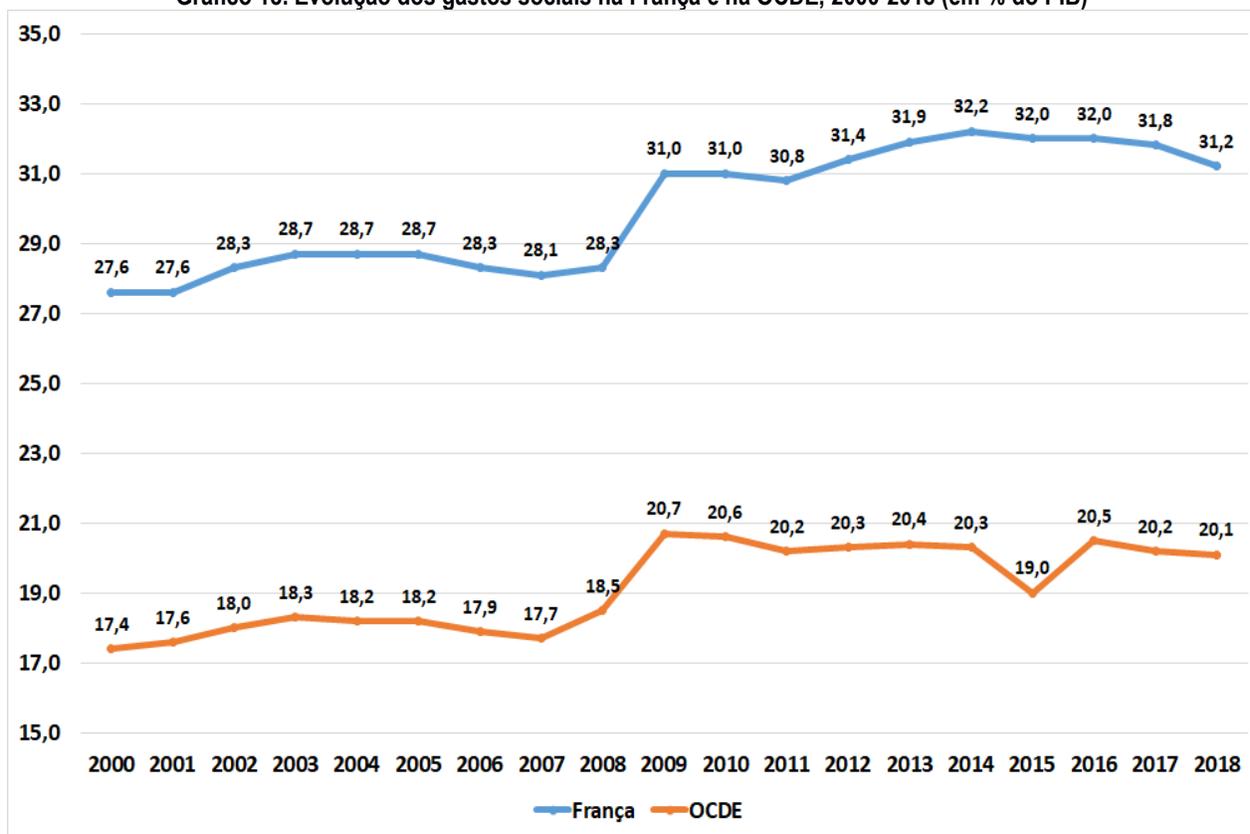
Gráfico 17. Ranking dos gastos sociais nos países da OCDE, 2018 (%)



Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

Na França, os gastos sociais aumentaram de forma significativa após o início da crise financeira de 2008-2009 (Gráfico 18). No período 2000-2008, a média dos gastos sociais foi em torno de 28,3% do PIB, saltando para uma média de 31,5% no período 2009-2018. Após atingir o patamar recorde de 32,4% em 2014, a tendência tem sido de redução nos gastos sociais desde então. Ainda assim, o patamar de 31,2% em 2018 permanece muito acima do patamar pré-crise (28%). A questão importante a ser discutida é se essa tendência de queda nos gastos sociais pode ser interrompida ou mesmo revertida. Sem uma retomada mais consistente do crescimento econômico e do emprego, o que necessariamente passa pelo fortalecimento da estrutura produtiva, e uma maior contribuição do capital no financiamento desses gastos, dificilmente será possível evitar essa tendência de queda nos gastos sociais.

Todos os benefícios sociais não fornecidos pelo governo geral são considerados privados. As transferências privadas entre famílias não são consideradas "sociais" e não estão incluídas no indicador.

**Gráfico 18. Evolução dos gastos sociais na França e na OCDE, 2000-2018 (em % do PIB)**

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

A Tabela 28 apresenta a desagregação dos gastos sociais no período 2008-2015. Os itens mais significativos na estrutura de gastos são “aposentadoria e pensão”, “saúde” e “auxílio às famílias”. O item que mais contribuiu para a elevação dos gastos sociais depois do início da crise financeira foi o de “aposentadoria e pensão” e, em menor medida, “saúde” e “políticas de auxílio aos desempregados”.

**Tabela 28. Desagregação dos gastos sociais por programas na França, 2000-2015**  
(em % do PIB)

| Programa social                     | 2000 | 2005 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Total de Gastos Sociais             | 27,6 | 28,7 | 28,3 | 31,0 | 31,0 | 30,8 | 31,4 | 31,9 | 32,2 | 32,0 |
| Aposentadorias e Pensões            | 11,7 | 12,3 | 12,6 | 13,6 | 13,7 | 13,8 | 14,1 | 14,3 | 14,4 | 14,4 |
| Incapacidade relativa               | 1,7  | 1,8  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,7  | 1,7  | 1,7  |
| Saúde                               | 7,5  | 8,0  | 8,0  | 8,6  | 8,5  | 8,5  | 8,6  | 8,7  | 8,9  | 8,8  |
| Família                             | 3,0  | 2,9  | 2,8  | 3,0  | 2,9  | 2,9  | 2,9  | 3,0  | 3,0  | 2,9  |
| Qualificação no mercado de trabalho | 1,2  | 0,9  | 0,8  | 1,0  | 1,1  | 0,9  | 0,9  | 0,9  | 1,0  | 1,0  |
| Desemprego                          | 1,4  | 1,7  | 1,3  | 1,6  | 1,6  | 1,5  | 1,6  | 1,6  | 1,6  | 1,6  |
| Moradia                             | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  |
| Outras áreas de política social     | 0,3  | 0,4  | 0,4  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  | 0,8  |

Fonte: OECD. Elaboração dos autores.

## 5. Diagnóstico e remédios equivocados: as reformas de cunho liberal no mercado de trabalho

A reforma trabalhista começou a ser debatida e apresentada à França em 2015, com impactantes alterações legislativas implementadas nos primeiros dias de 2018. A vigência foi postergada tendo em vista a submissão ao *Conseil Constitutionnel* a fim de validar a possibilidade do executivo implementar reformas legislativas por meio de decreto, o que aconteceu em 21 de março de 2018. As *Ordonnances Macron* de 22 de setembro de 2017 reformam significativamente o Código do Trabalho e é uma das mais importantes reformas do direito do trabalho dos últimos anos, atingindo pelo menos quatro áreas importantes: a negociação coletiva, a assinatura de acordos em empresas de pequeno porte, a fusão das instituições representativas dos trabalhadores (IRP) e a cessação dos contratos de trabalho (nas três primeiras seções, as novas regras estão firmemente alinhadas com a Lei do Trabalho de 17 de agosto de 2015).

Para aprovar o novo regulamento trabalhista e, ao mesmo tempo, não incorrer em descumprimentos de direitos conquistados pela população francesa e resguardados por vários instrumentos legais internacionais, o governo Macron criou blocos temáticos prevendo matérias obrigatórias, facultativas e substitutivas de direitos que serão apresentados em seguida.

O primeiro deles, o acordo coletivo (*accord d'entreprise*) e negociação das pequenas e médias empresas foi, e ainda é muito debatido por sindicalistas. Trata-se da inversão do sistema protetivo para conferir mais poderes às negociações empresariais que às convenções coletivas, consiste na interpretação da prevalência do diálogo social ou da lei federal. A discussão entre sindicalistas, políticos e estudiosos parece convergir para a prevalência da tese do diálogo social e, portanto, para os acordos de empresa, tendo em vista a constatação histórica do acordo coletivo empresarial (por setor, segmento ou local) manterem, na prática, as mesmas regras genéricas das convenções coletivas de trabalho. Entretanto, o argumento político central foi no sentido de que as mudanças seguiram no caminho de favorecer o estabelecimento e permanência de empresas estrangeiras na França.

Antes das reformas a lei trabalhista repousava sobre princípios simples, presentes na maioria dos regramentos jurídicos que são signatários de normas trabalhistas internacionais. Assim, a hierarquia das normas seguia a orientação de supremacia do legislado sobre o negociado, que fixava regras gerais garantidoras dos direitos mínimos aos empregados; a convenção coletiva poderia estabelecer regras diferentes, desde que oferecesse condições mais favoráveis aos empregados e, por fim, o contrato coletivo empresarial de trabalho que poderia alterar os dois anteriores na única hipótese de melhorar a proteção social do empregado. Prevaleceria, portanto, a regra mais favorável.

O novo regramento inverteu esse princípio e atribuiu à empresa o privilégio de desenvolver as regras trabalhistas entre empregado e empregador, por meio das negociações coletivas que acordarão *conventions de branches* (convenções por setor ou ramo de atuação) e *accords d'entreprises* (contrato coletivo). Em regras gerais, os *accords d'entreprise* passaram a ter um lugar de destaque nas *Ordonnances Macron*, podendo prever regras diferentes da lei ou das convenções de *branche*, ainda que menos favoráveis aos empregados, a partir de 2018.

A regulamentação de 2017 estabelece três blocos de conteúdo temático. O bloco 1 é constituído por temas em que os acordos de sucursal têm precedência sobre os acordos de sociedade,

podendo estes últimos apenas prever medidas mais favoráveis do que a sucursal ou, pelo menos, equivalentes. São temas relativos à manutenção do salário mínimo, indisponibilidade da jornada de trabalho máxima de 35 horas semanais, duração do trabalho em geral, igualdades profissionais entre gêneros, classificação profissional, contrato por tempo indeterminado, financiamento sindical ou dos fundos de formação profissional e as regras gerais do contrato por tempo determinado.

O segundo bloco compõe-se de quatro temas sobre os quais os acordos de *branche* terão preferência sobre os contratos coletivos. São eles: prevenção da exposição a fatores de estresse, a integração e a manutenção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, as condições de designação dos delegados sindicais (limiar de filiação, número, antecedentes sindicais), adicionais indenizatórios para trabalhos perigosos ou insalubres. Desde que o acordo sucursal contenha uma disposição sobre um destes temas e pretenda torná-lo obrigatório, o acordo coletivo só preverá medidas mais favoráveis ou pelo menos equivalentes ao acordo sucursal, como no bloco 1.

Por fim, o bloco 3 inclui todos os temas que não pertencem aos blocos 1 e 2. Para estes, os contratos coletivos podem ser diferentes das disposições previstas nas convenções ou acordos de *branche*. O único limite é o cumprimento das disposições legais obrigatórias.

As alterações seguem uma tendência europeia e, sendo a negociação coletiva um pilar dos sistemas de relações profissionais europeias, a determinação negociada dos salários é um dos elementos exigidos pelos mercados de trabalho. Teoricamente, existem duas formas de intervenção do estado na regulação salarial: a fixação do salário mínimo e a ampliação dos efeitos das convenções coletivas de *branches*. O sistema de negociação coletiva convergente passou pela acentuação do movimento de descentralização da negociação e aumento da flexibilização salarial. Após a crise de 2008, o salário passou a ser visto como um elemento variável de ajuste na competitividade econômica e, portanto, deveria fazer parte da agenda de negociações governamentais, dividindo sua autonomia entre a interferência governamental e a fixação livre empresarial (Freyssinet, 2013).

A outra revolução provocada pela reforma trabalhista é facilitar a assinatura de acordos de empresa nas pequenas e médias empresas com menos de 50 trabalhadores que não têm sindicatos representativos ou representantes sindicais.

As empresas pequenas que congregam menos de 20 empregados poderão agora propor um "projeto de acordo" e solicitar sua ratificação por dois terços dos empregados. As empresas que tenham de 11 a 49 trabalhadores com uma comissão social e econômica (CSE) podem optar por celebrar um acordo, quer com os membros da CSE (que receberam pelo menos 50% dos votos no primeiro turno das eleições), quer com os trabalhadores mandatados por um sindicato representativo (nesse caso, o acordo deve ser validado por metade dos trabalhadores).

Não houve alteração legislativa para a assinatura de um acordo com os delegados sindicais, caso existam, para as empresas com mais de 50 funcionários. Na falta dos delegados sindicais, o acordo poderá ser assinado por funcionários eleitos ou funcionários eleitos sem mandato, se nenhum deles tiver optado pelo mandato ou, ainda, com empregados mandatados se nenhum representante eleito quisesse negociar.

A reforma permitiu, ainda, flexibilizar as regras aplicáveis aos contratos a termo e aos contratos temporários por acordo de *branches*. As condições relativas à duração dos contratos, ao número de renovações possíveis ou ao período de espera agora podem ser definidas ao nível do acordo coletivo setorial

firmado. Se nenhum acordo ou convenção coletiva setorial (*convention de branche*) estabelecer regras específicas sobre estas matérias, a lei federal será aplicável.

Outra importante alteração trazida pela reforma trabalhista foi a criação do Comitê Econômico e Social e fusão dos órgãos representativos dos trabalhadores. O novo órgão – CES – substituiu os representantes dos Trabalhadores (DP), os conselhos de empresa (CE) e os comitês de saúde, segurança e condições de trabalho (CHSCT) e substituiu a delegação única do pessoal (DUP), onde existia. A criação do Comitê Econômico e Social (CES) é o resultado de um processo de fusão dos órgãos de representação dos trabalhadores que se prolongou por quase 25 anos. Uma lei de 20 de Dezembro de 1993 criou a delegação única do pessoal, permitindo às empresas com menos de 200 trabalhadores aproximarem os representantes do pessoal e os conselhos de empresa.

A Lei Rebsamen de 17 de agosto de 2015 ampliou a previsão para empresas com menos de 300 trabalhadores e, sobretudo, tinha incluído a CHSCT no novo DUP. A reforma Macron de 22 de setembro de 2017 completou o alinhamento de ideias. Por outro lado, a lei impôs a substituição dos órgãos e criação da CSE num período de tempo relativamente curto nas empresas que empreguem pelo menos 11 trabalhadores. Assim, um empregador que pretenda manter três instituições representativas distintas não pode continuar a fazê-lo para além do período transitório. A transição para a CSE é obrigatória e foi estabelecida a data final de 31 de dezembro de 2019 para substituição dos órgãos representativos atuais pelo CSE, à medida que os mandatos dos delegados no CE, DUP's e CHSCT forem sendo encerrados.

O decreto prevê ainda a diminuição no número de membros eleitos na representação Obreira. Uma empresa com um número de empregados entre 50 e 74 terá 8 representantes ao invés de 13 da antiga legislação. Para a empresa que tenha de 300 a 399 empregados, a representação caiu de 28 para 22.

A nova redação legal estabelece ainda, a possibilidade dos empregados e empresas com menos de 50 empregados negociarem diretamente. Dessa forma, empresas muito pequenas com menos de 11 trabalhadores poderão realizar um referendo por maioria de dois terços dos empregados para validar a negociação diretamente com o empregador. As empresas que tenham entre 11 e 50 empregados poderão negociar um acordo com o representante profissional dos empregados, ainda que este não tenha mandato sindical.

Também houve quatro modificações na questão relativa à rescisão contratual.

A primeira diz respeito à motivação da carta de despedimento. Até antes da reforma, uma carta mal redigida poderia levar à demissão sem causa real e séria, importando na aplicação das regras da Convenção 158 da OIT. A partir de agora, o empregador pode, a pedido do trabalhador ou por sua própria iniciativa, especificar o conteúdo da carta de despedimento. O juiz decidirá então sobre a realidade e a gravidade do motivo de demissão invocado nas duas cartas. A mera falta de clareza dos motivos já não conduzirá automaticamente ao despedimento sem justa causa, mas apenas a um despedimento irregular que dá lugar a uma indenização até um mês de salário, desde que, evidentemente, os fatos justifiquem o despedimento. Os novos modelos de cartas demissionais pressupõem uma "simplificação" do procedimento e da explicitação das razões demissionais. O empregador apresentará, na carta demissional, os motivos da demissão e o empregado terá apenas 15 dias para solicitar o detalhamento do seu afastamento. Ultrapassado esse prazo, o despedimento não pode ser reconhecido sem causa real e grave face à insuficiência dos motivos indicados na carta de despedimento. Nesta hipótese, o empregado terá direito a indenização de, no máximo, um mês de salário.

A segunda alteração diz respeito à criação de uma tabela fixada em função do tempo trabalhado na empresa, com valores indenizatórios de danos sofridos pela rescisão contratual, que qualquer juiz do tribunal do trabalho deve aplicar em caso de despedimento sem justa causa. A nova tabela estabelece limites para o juiz do tribunal *prud'homme* em até 20 vezes o salário do trabalhador para aqueles que trabalharam 30 anos ou mais em empresas com mais de 11 empregados. Empresas menores possuem tabela diferenciada.

A nova previsão gerou controvérsias no judiciário e vários tribunais do trabalho rejeitaram a aplicação da tabela por não respeitarem a Carta Social Europeia (artigo 24º) e a Convenção nº 158 da OIT (artigos 4º e 10º). A corte de Apelação, entretanto, ainda não se pronunciou até a metade do ano de 2019.

A tabela de indenizações não incidirá quando a infração versar sobre questões de discriminação ou violação das liberdades fundamentais do trabalhador, como o direito à greve, questões de assédio de qualquer natureza, direitos das mulheres grávidas ou licença paternidade, acidentes de trabalho ou doenças profissionais. Para estes, permanecem as antigas regras, nomeadamente o pagamento de uma indenização de 6 meses de salário mínimo.

O prazo para ajuizamento de ações judiciais contestando os despedimentos perante o tribunal *prud'homme* foi reduzido para um ano. Anteriormente, o prazo era de um ano para demissões provocadas por razões econômicas e dois anos para as demais razões. Após a reforma, todos os despedimentos passaram a estar sujeitos ao mesmo prazo.

A terceira alteração diz respeito a demissão por motivo econômico em grupos empresariais. Anteriormente, a razão econômica era avaliada ao nível do setor de atividade, incluindo as filiais localizadas no estrangeiro. A partir da reforma, a avaliação da razão econômica será limitada às empresas do grupo sediadas e estabelecidas na França. O mesmo se aplica à obrigação de reclassificação de trabalhadores.

A quarta modificação foi a criação da possibilidade de ruptura coletiva dos contratos de trabalho em substituição aos planos de demissão voluntária. Trata-se de um “plano” negociado coletivamente com a entidade sindical para programar a demissão dos empregados ou de alguns tipos deles, conforme as atividades ou posições desempenhadas. Não há necessidade de constatação de existência de dificuldades econômicas da empresa para a realização do acordo ou convenção de ruptura coletiva de contratos. É um método de cessação do contrato de trabalho baseado no acordo mútuo entre o empregador e o trabalhador.

A legislação francesa prevê a possibilidade de contratação por tempo determinado e que a rescisão deste acarretará o pagamento de prêmio de precariedade que consiste em uma indenização calculada na base de 10% (dez por cento) da soma das remunerações brutas recebidas pelo empregado durante o contrato. O percentual pode ser reduzido para 6%, conforme negociação coletiva e não será devida na hipótese de contratos sazonais (safra), contratos decorrentes de férias escolares ou universitárias, contratos surgidos em razão de políticas públicas de geração de emprego, demissão por iniciativa do empregado ou por ele causada, rescisão por motivo de força maior ou no período de experiência.

A reforma trabalhista criou uma outra espécie contratual. O “contrato de projeto” segue as regras do contrato tradicional por tempo indeterminado, mas inclui uma cláusula segundo a qual o empregador pode despedir o trabalhador quando terminado o projeto para o qual foi recrutado. Por consequência, o contrato não prevê uma data final específica e não há prêmio de precariedade.

Também o teletrabalho sofreu alterações significativas nas *Ordennances Macron* no tocante à exigência da assinatura de um acordo coletivo ou a elaboração de uma carta para que as empresas possam ter empregados laborando fora da sede da empresa regularmente. Uma vez que o empregador aceitou o teletrabalho para determinados trabalhadores, será agora essencial justificar a recusa do teletrabalho para os trabalhadores que o solicitem. A nova lei também estabelece a elaboração de um quadro com a previsão do teletrabalho ocasional. Um simples acordo entre o empregador e o empregado é suficiente.

Outra alteração diz respeito à forma de contratação do teletrabalho e aos acidentes de trabalho, cujas condições de cobertura estão alinhadas com as dos acidentes ocorridos nas instalações da empresa que terá a partir da reforma, a obrigação de demonstrar que o acidente não guarda relação com o desempenho do trabalho.

Antes da reforma, o teletrabalho tinha que estar previsto no contrato individual de trabalho do empregado ou ser objeto de uma alteração contratual. A partir de agora a previsão pode ser feita por convenção coletiva. Na ausência de ambos os casos, pode ainda ser elaborada uma carta pelo empregador ao empregado, após parecer do Comité Económico e Social, caso exista na empresa. Nem empregado e nem empregador estão obrigados a aceitar o teletrabalho, então a recusa de qualquer dos lados não importa em sanção de qualquer natureza.

Os custos diretamente resultantes da execução do trabalho fora do local físico da empresa, que envolvem, por exemplo, os custos de hardware, software, assinaturas (telefone, internet etc.), comunicações e ferramentas, bem como a sua manutenção deverão ser acordados entre empregado e empregador após a reforma do Código do Trabalho de 2015, importando na possibilidade de transferência dos custos da atividade empresarial.

Por fim, foi criada uma conta previdenciária pessoal por exposição a fatores de risco profissional. A *conte penibilité* é um sistema criado para compensar a exposição do trabalhador aos fatores de risco à saúde no local de trabalho. Em 2015 foi criado o sistema que consiste numa conta de prevenção profissional (C2P), em que se acumulam pontos conforme uma tabela pré-determinada. Os pontos poderão ser trocados por períodos de formação profissional, redução do tempo de trabalho semestral, ou a antecipação no tempo de aposentadoria. Neste último caso, há o limite de redução de um período máximo de 2 anos, ou seja, 8 trimestres. Por conseguinte, não é possível aposentar-se por insalubridade antes dos 60 anos de idade.

O principal objetivo da introdução da *conte penibilité* é considerar a deterioração do estado de saúde dos trabalhadores expostos a trabalhos insalubres durante as suas carreiras e que, em muitos casos, atingem a idade de aposentadoria em condições físicas frágeis.

Mas a C2P foi profundamente alterada na reforma de 2017. As organizações de empregadores consideraram o sistema muito complexo e o governo optou por simplificá-la excluindo quatro dos dez pontos de elegibilidade duramente criticados pelo setor patronal, mas que, por outro lado, eram de mais fácil aferição nas inspeções trabalhistas e que poderiam comportar a averiguação das condições de trabalho de um maior número de trabalhadores na construção civil e no setor agrícola. Os critérios excluídos tratam das vibrações mecânicas, riscos químicos, ergometria e manuseamento de cargas pesadas. Com a reforma de 2017, os empregadores não precisam mais relatar os empregados expostos a esses quatro fatores.

Os outros seis critérios, no entanto, foram mantidos. São eles: atividades exercidas em meios hiperbáricos com exposição anual mínima de 60 intervenções de 1,200 hectopascal/mínimo (1,84

atmosferas ou 1,2 bar); 900 horas anuais/mínimo em temperaturas extremas; 600 horas de exposição cotidiana a ruídos acima de 81 decibéis, por 8 horas seguidas; trabalho noturno de 120 noites anuais/mínimo; trabalho repetitivo de 600 horas anuais/mínimo; trabalho ininterrupto em escala de revezamento para os trabalhos realizados em, pelo menos uma hora entre meia-noite e cinco horas da manhã, por um mínimo de 50 noites anuais.

Os empregados expostos a um único fator de risco profissional terão quatro pontos por ano civil e os expostos a múltiplos fatores terão 8 pontos. O número máximo de pontos que podem ser registrados na conta para toda a carreira do empregado é definido em 100 pontos.

## Comentários finais

O artigo avaliou a evolução das dimensões econômica e social na França nos períodos anterior (2000-2018) e posterior (2009-2018) ao início da crise financeira internacional de 2008-09. Com relação à dimensão econômica, o trabalho apontou o baixo dinamismo econômico francês e a perda de participação no valor agregado total e industrial europeu e mundial e nos fluxos de investimento estrangeiro. Essas tendências são anteriores ao início da crise financeira, mas se acentuaram desde então; inclusive, foram reforçadas pelo agravamento da crise na Europa a partir de 2012. Uma das principais consequências do baixo dinamismo tem sido as elevadas e persistentes taxas de desemprego para padrões de economias avançadas.

Com relação à dimensão social, o artigo analisou uma gama ampla de indicadores que reforçaram o argumento que a França constituiu e mantém uma abrangente e complexa rede de proteção social, apresenta elevados gastos sociais e indicadores salariais (mínimo, médio, participação no valor agregado, distribuição salarial) superiores aos da média dos demais países ricos.

Como explicar e/ou integrar as discrepâncias entre as dimensões econômica e social na França? A explicação liberal para o reduzido crescimento francês concentra-se nas estruturas de bem-estar social e do mercado de trabalho. Nessa visão, os recorrentes déficits públicos e a elevada dívida pública, em grande medida consequência dos gastos sociais, e sua estrutura de financiamento, concentrada sobre o capital, implicam uma elevada carga tributária sobre o capital. E mais, a estrutura pouco flexível no mercado de trabalho promoveria uma baixa produtividade e um elevado custo unitário da mão de obra. Esses fatores afetariam negativamente as expectativas e confiança empresariais, o que teria impacto negativo sobre os investimentos privados, inclusive estrangeiros. Portanto, nessa visão a dimensão social seria o principal gargalo ao crescimento econômico.

Nesse sentido, a orientação da política econômica francesa de natureza liberal tem sido nas duas direções: promover uma redução do déficit público e a introdução de uma profunda reforma no mercado de trabalho (Carcillo *et al.*, 2019). A redução do déficit público nos últimos anos tem sido promovida, de um lado, por um aumento de receita por meio da transferência da contribuição do capital (impostos e contribuição social) para o trabalho e para a arrecadação via maior taxa de bens e serviços, que tem um caráter bastante regressivo. E de outro, por uma redução das despesas públicas, sobretudo nos gastos sociais e nos serviços e investimentos públicos. A proposta de reforma trabalhista foi introduzida com o objetivo de reduzir os direitos e benefícios trabalhistas, de ampliar a flexibilidade no mercado de trabalho (contratações e demissões) e de reduzir o custo unitário do trabalho.

A perspectiva adotada nesse artigo é diferente. O sistema de proteção e de bem-estar social e a estrutura salarial são parte da solução e não do problema francês. A dimensão social constitui-se em um ativo estratégico para a (re)dinamização da dimensão econômica. A opção atual adotada de redução nos gastos sociais e de uma reforma trabalhista que promove uma maior precarização das relações de trabalho (Perroud, 2018) e a redução de salários (mínimo e médio) é contraproducente. Não apenas é injusta socialmente, promovendo uma piora na distribuição dos salários e uma maior concentração de renda (e da riqueza), como também afeta negativamente o padrão de produção, em direção a atividades trabalho-intensiva e de menor valor agregado; e que provavelmente ampliaram a fragilização da estrutura produtiva francesa.

Uma política alternativa à atual seria a adoção de uma política fiscal mais agressiva, em que pese a dívida pública atual de 120% e o déficit público da ordem de 2,5%, com ampliação dos gastos sociais e dos investimentos públicos para estimular a demanda agregada. O consequente aumento do consumo e da produção estimularia o investimento privado, incluindo os gastos em P&D&I, o que reforçaria a competitividade da estrutura produtiva francesa. Os multiplicadores de renda e emprego promoveriam um maior crescimento econômico e, no médio e longo prazos, uma redução na dívida pública em relação ao PIB, pelo aumento mais que proporcional das receitas e do próprio PIB.

O argumento defendido aqui é que uma retomada mais vigorosa do crescimento só será possível com o reforço da demanda agregada. O fortalecimento do sistema produtivo deverá ir muito além dos setores de elevada intensidade tecnológica e inovativa, que, por sua vez, serão decisivos para os ganhos e transbordamentos de eficiência e produtividade. Sem esse padrão de crescimento não será possível reduzir as taxas de desemprego e manter os atuais níveis de gastos sociais e a abrangente rede de proteção social. A opção por uma agenda liberal de enfretamento da crise, inclusive no mercado de trabalho, afetará negativamente a demanda agregada, não logrará êxito na recuperação da economia e comprometerá a manutenção o sistema de proteção social e de distribuição de renda.

40

## Referências

Carcillo, S., Goujard, A., Hijzen, A., & Thewissen, S. (2019). Assessing recent reforms and policy directions in France: Implementing the OECD jobs strategy. [OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n. 227]. <https://doi.org/10.1787/657a0b54-en>

Editions Législatives (2018, 12 juin). Ordonnances Macron. <https://www.editions-legislatives.fr/ordonnance-macron>

Freyssinet, J. (2013). L'emploi au cœur de la négociation d'entreprise: quel impact de l'accord du 11 janvier 2013? *La Revue de l'Ires*, 77(2), 3–38. <https://doi.org/10.3917/rdli.077.0003>

International Labour Organization (ILO) (2013). *Statistics of work, employment and labour underutilization*. Report for discussion at the 19<sup>th</sup> International Conference of Labour Statisticians. Geneva: International Labour Office. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms\\_220535.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_220535.pdf)

International Labour Organization (ILO) (2018). *Global Wage Report 2018/19. What lies behind gender pay gaps*. Geneva: ILO. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_650553.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_650553.pdf)

International Labour Organization (ILO) (2018). *Avoiding unemployment is not enough: An analysis of other forms of labour underutilization*. Geneva: ILO.

[https://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS\\_644467/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS_644467/lang--en/index.htm)

International Labour Organization (ILO) (2019). *World Employment Social Outlook. Trends 2019*.

Geneva: ILO. [https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS\\_670542/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS_670542/lang--en/index.htm)

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2014). *Ageing and Employment Policies: France 2014*. Paris: OECD Publishing. <https://www.oecd.org/publications/ageing-and-employment-policies-france-2014-9789264207523-en.htm>

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2018). *Ageing and Employment Policies*. <https://www.oecd.org/employment/ageingandemploymentpolicies.htm>

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2018). *Pensions Outlook 2018*. Paris: OECD Publishing. [https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-pensions-outlook-2018\\_pens\\_outlook-2018-en](https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-pensions-outlook-2018_pens_outlook-2018-en)

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2019). *Reviews of Labour Market and Social Policies*. [https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-reviews-of-labour-market-and-social-policies\\_20743408](https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-reviews-of-labour-market-and-social-policies_20743408)

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2019). *Economic surveys: France*. <https://www.oecd.org/economy/surveys/France-2019-OECD-economic-survey-overview.pdf>

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2019). *Employment Outlook 2019. The future of work*. Paris: OECD Publishing. [https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2019\\_9ee00155-en](https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2019_9ee00155-en)

Perroud, M. (2018, 17 octobre). Réforme du travail: un an après, les effets des ordonnances se font attendre. *Challenges*. [https://www.challenges.fr/emploi/droit-du-travail/reforme-du-travail-un-an-apres-les-effets-se-font-attendre\\_619549](https://www.challenges.fr/emploi/droit-du-travail/reforme-du-travail-un-an-apres-les-effets-se-font-attendre_619549)

Réforme du Code du travail (réforme Macron). *Droit-finances*, France. <https://droit-finances.commentcamarche.com/faq/61943-reforme-du-code-du-travail-reforme-macron>

United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) (2018). *Industrial Development Report 2018. Demand for manufacturing: Driving inclusive and sustainable industrial development*. Vienna. [https://www.unido.org/sites/default/files/files/2017-11/IDR2018\\_FULL%20REPORT.pdf](https://www.unido.org/sites/default/files/files/2017-11/IDR2018_FULL%20REPORT.pdf)

United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) (2019). *Competitive Industrial Performance Report 2018*. Vienna. [https://www.unido.org/sites/default/files/files/2019-05/CIP\\_Report\\_2019.pdf](https://www.unido.org/sites/default/files/files/2019-05/CIP_Report_2019.pdf)

Recebido em 11 de julho de 2019.

Revisado em 30 de outubro de 2019.

Aprovado em 5 de fevereiro de 2020.